



Aonde as árvores são um deserto

histórias da terra

Esta publicação é uma colaboração entre FASE-ES e Carbon Trade Watch, Transnational Institute.

Design:
Tamra Gilbertson

Impressão: Adelante

FASE-ES
Rua Graciano Neves, 377
2o. Pavimento - Centro
29015.330 - Vitória - ES
Brasil
Tel.: (27) 33226330
Fax: (27) 32237436
Email: fasees@terra.com.br
www.fase.org.br

Carbon Trade Watch
Transnational Institute
Paulus Potterstraat 20
1071 DA Amsterdam
Netherlands
Tel: +31-20-662-6608
Fax: +31-20-675-7176
info@carbontradewatch.org
www.tni.org

O conteúdo desta publicação pode ser citado ou reproduzido, desde que a fonte de informação seja referenciada. O TNI agradece o envio de cópias dos documentos onde esta publicação for utilizada ou citada.

Mantenha-se informado acerca de publicações e actividades do TNI, subscrevendo o nosso comunicado bi-semanal via e-mail. Envie seu pedido para tni@tni.org

Foram mantidos, sempre que possível, a forma e o significado dos textos originais.

Um obrigado especial a todos no Brasil pela sua generosidade e amabilidade e que continuam a luta contra o deserto verde. Esta publicação é-vos dedicada.

Amsterdão, Novembro 2003



**E existem poucos
exemplos que
representam tão bem
este drama da
globalização do que
as grandes
monoculturas de
árvores.**

Winfried Overbeek



c o n t e ú d o :

4 Neo-Colonialismo - Um Mapa

6 A Monocultura do Medo

Marcelo Calazans, coordenador dos FASE/ES.

Renata Valentim, psicoanalista, professor

12 Os Descaminhos da Celulose e do Carvão Vegetal e Os Impactos da Propriedade Privada

Daniela Meirelles, FASE/ES

16 Forçando uma Economia Rural

Tamra Gilbertson,

Carbon Trade Watch, Transnational Institute

22 O Comércio de Carbono e a Certificação: Uma 'lavagem verde' para as plantações

Klemens Laschefski

Amigos da Terra, Alemanha

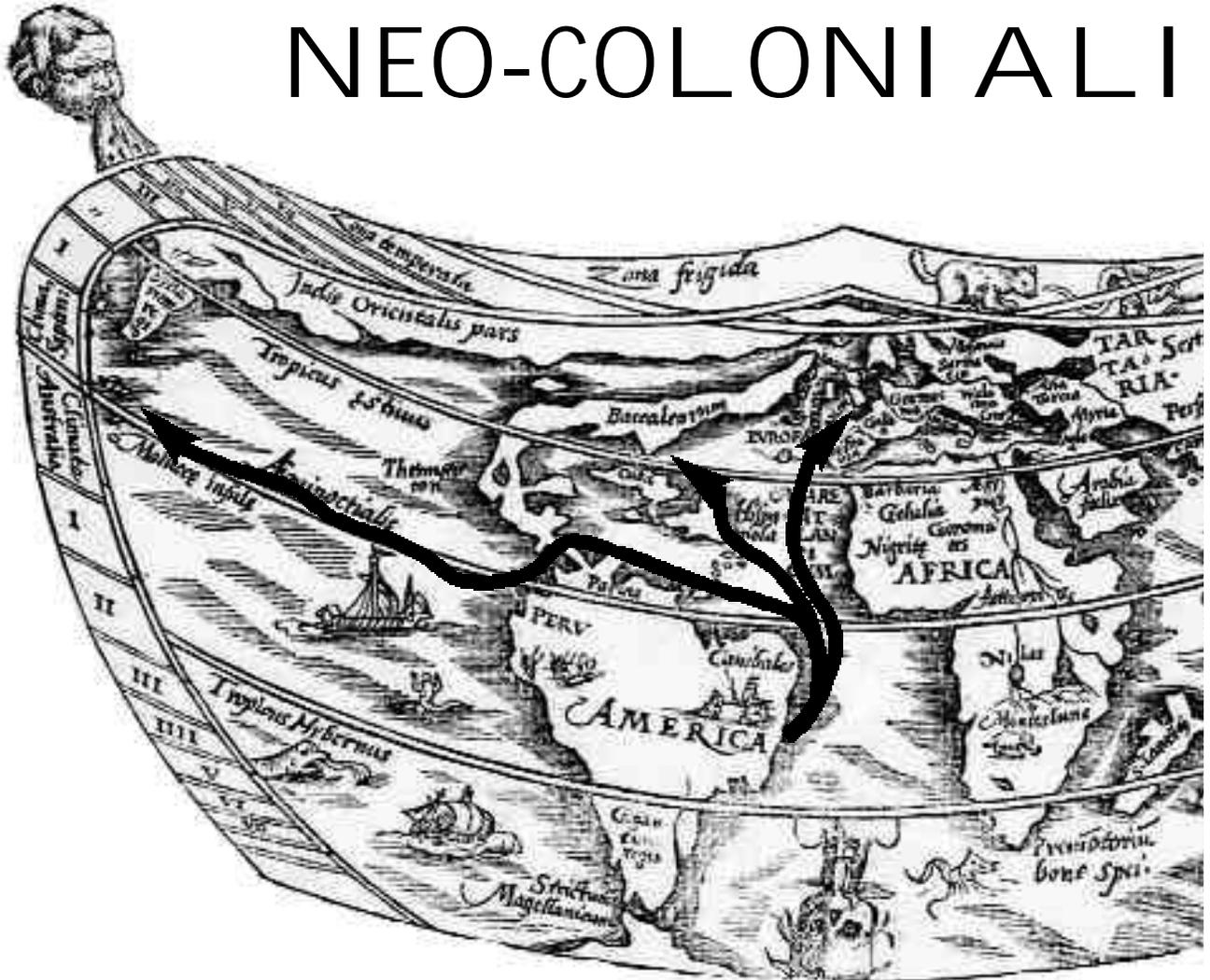
Porta-voz da Floresta Tropical

28 A Monocultura do Consumo e o Rumo da 'Civilização'

Winfried Overbeek, FASE/ES



NEO-COLONIALI



Brasil:

O maior país da América do Sul; faz fronteira com cada país sul-americano menos Chile e Equador

Área:

Área total: 8,511,965 km²

Área terrestre: 8,456,510 km²

População total 172,4 milhões

Expectativa de vida 68,3

Analfabetismo total (em % acima de 15) 12,7

Analfabetismo feminino (em % acima de 15) 12,8

***Florestas (1.000 km²) 5,3 milhões**

***Desmatamento (em % médio ao ano; 1990-2000) 0,4**

***Consumo de água (em % de todos os recursos) 43,022**

BNP (em EUS) 505,5 bilhões

Exportação de bens e serviços (% do BNP) 13,4

Importação de bens e serviços (% do BNP) 14,4

Comércio de bens como parte do BNP (em %) 23,2

Investimento estrangeiro direto, entradas líquidas no País em questão (em EUS) 22,6 bilhões

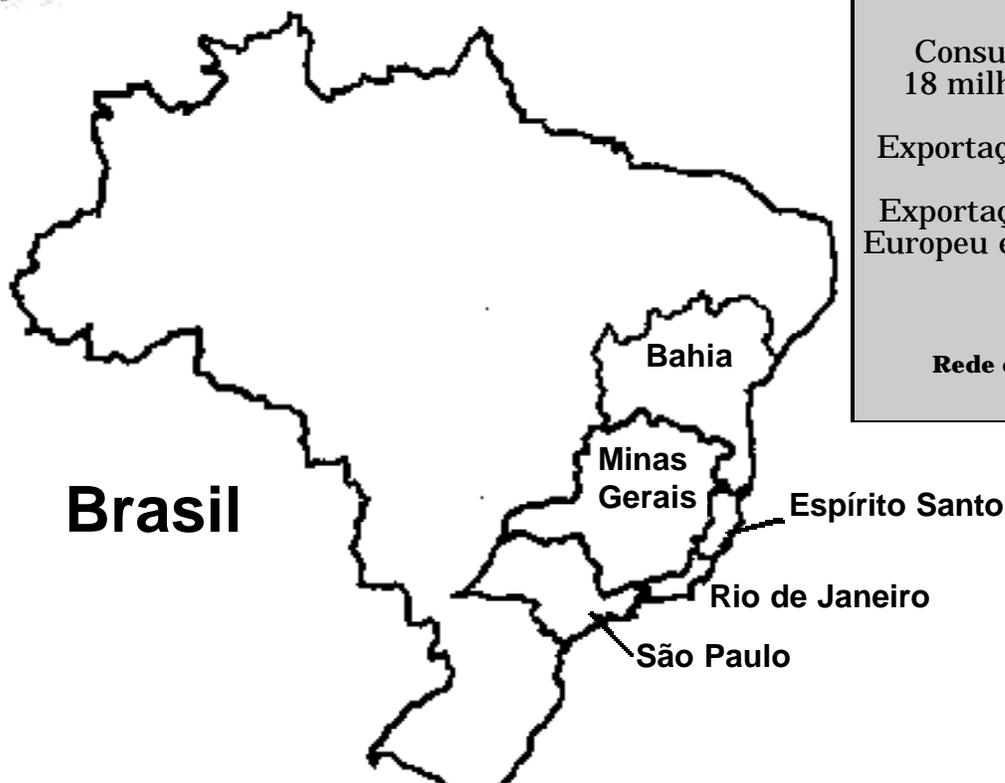
Valor atual da dívida (EUS) 237,6 bilhões

Dívida pendente de curto prazo (EUS) 28,3 bilhões

Ajuda per capita (EUS) 2,0

Fonte: World Development Indicators database, April 2003, baseado nos dados de 2001 (*dados de 2000)

SMO



Brasil

Minas Gerais

Área: 587,172 km²
População: 15.831.800

França

Área: 547.030 km²
População: 59,329,691

Espírito Santo

Área: 45,597 km²
População: 2,550,000

Holanda

Área: 41,532 km²
População: 15,892,237

Fonte : [www.uoregon.edu
mapquest](http://www.uoregon.edu/mapquest)

A siderurgia brasileira:

Produção total:
27 milhões de toneladas por ano

Capacidade: 32 milhões de toneladas
por ano

Consumo doméstico brasileiro:
18 milhões de toneladas por ano

Exportação brasileira para os EUA:
36%

Exportação brasileira para a União
Europeu e o resto da América Latina:
40%

Fonte:

Rede do Terceiro Mundo, no. 275,
15-28 Fev. 2002

Abertura

Londres, Frankfurt, Paris, Amsterdão, Nova York, Washington/ 2003

Dispara o consumo desenfreado de papel e aço. O Banco Mundial avança com seus experimentos no mercado de carbono. O norte não quer reduzir suas emissões, nem seu padrão de consumo. Fracasso do Protocolo de Kyoto.

Brasília, São Mateus, Conceição da Barra, Curvelo, 2003

A monocultura do eucalipto uniformiza a paisagem antes diversa. Sumidouro da poluição do norte, no sul o deserto verde cresce. Fixa carbono e libera o medo. Desterra o homem do campo.

São Mateus, Espírito Santo, Março 2003

Seu Antônio é um senhor baixo, usa óculos de aro grosso, década de 60. Fala truncadamente seu idioma natal. Está voltando de um depoimento na polícia, em Vitória, porque na polícia de sua cidade não confia.

O velho fusca de seu amigo Pedro sobe a rodovia BR 101, rumo norte, na monotonia de uma paisagem repleta de eucalipto. Cruza o asfalto esburacado de pista única cortando os caminhões com toras da Aracruz. Não fica atrás deles não. Sabe que volta e meia uma tora cai da carroceria e pronto: mais um acidente, como muitos outros que vira. O caminho de volta pela BR encobre trilhas mais antigas e remotas, abertas no chão pelos pés de índios e negros, que por ali viviam ou passavam.

Seu Antônio fala muito. Narra fragmentariamente uma longa história. Sua história. Sua vida, comum a tanta gente destas bandas. Conta de sua contratação, de seus mais de 15 anos de empresa, de seu acidente, de seu pé cheio de parafusos, da quantidade de médicos que teve de visitar, e órgãos

Página oposta - Comunidade de quilombolas, Norte do Espírito Santo. Um homem jovem coloca barro fresco num forno cheio de fumaça usado para fazer carvão. Comunidades de Quilombolas foram formadas por escravos africanos e alguns dos seus descendentes ainda moram lá. Vivem de uma agricultura de subsistência, fortemente ameaçada pelo eucalipto em volta.

públicos, de muletas, sem recursos. Não houve nenhum auxílio, ao contrário. Anos se passaram e seu caso está ainda aberto, como tantos outros que conhece, uns já mortos, outros inválidos. Hoje, Seu Antônio se sente constantemente ameaçado por cinco inimigos diferentes: o sindicato que deveria representá-lo; advogados que fingem defendê-lo; médicos que falsificam diagnósticos; juízes do trabalho de visão empresarial; órgãos públicos omissos. Sua casa foi metralhada. Sua família está escondida. Olha para os lados, certifica-se constantemente. Está depondo por isso mesmo.

Curvelo, Minas Gerais, Outubro 2002

Diadorim, da savana-cerrado mineiro, diz só querer homem para desfrutar o ócio com amor. Para o mais, quer dizer, laçar boi, defumar porco, fazer lingüiça, consertar, criar, construir, tudo o que é

necessário para manter, fartamente sua família, Diadorim diz ser totalmente auto-suficiente. Forte, alta, brincalhona, criou quatro filhas na marra, na mesma força e

teimosia do sertão brasileiro: duro, áspero, intratável. Mora em uma pequena propriedade rural, em uma comunidade com forte relação de vizinhança solidária, que se reúne em festas de muitos dias.

Os mais moços estão deixando a roça, indo para a cidade estudar. Não querem o destino dos pais. Querem outros horizontes diferentes daquele que sempre dá chuva ao final do dia. Não querem a secura que faz esta chuva evaporar em minutos e desaparecer nos vãos da terra. Diadorim cedeu. Sua propriedade, cada dia mais, se isola em meio ao eucaliptal da Plantar e da V&M. Muitos de seus vizinhos já se foram, sem alternativa. Já é sua quarta filha que se prepara para ir para a capital, Belo Horizonte. Não faz mal. Diadorim confia no futuro e se ampara em um passado secular de gente forte: vaqueiros, boiadeiros. O pastoreio em terras sem cerca.

Diadorim agora anda preocupada. Como se já não bastasse a proximidade dos eucaliptos, de seus agrotóxicos, dos pesados caminhões passando,

“O eucalipto foi regado de sangue”, diz seu Antônio, principal testemunha dos envenenados por agrotóxicos e mutilados da motoserra.

Cronologia 1963-2003*

1963

1 Janeiro Goulart vence e devolve poder ao executivo.

Cortes na ajuda americana e trocas de capital entre

1964

Fevereiro - Março Pres. Goulart aprova distribuição de terra federal a duplica o salário mínimo. Oposição conservadora aumenta.

31 Março Os militares e vários governos de estado revoltam contra Goulart. Goulart para o Uruguay

11 Abril

O chefe das forças armadas, Gen. Humberto Castelo Branco é eleito pelo congresso para exercer o mandato de Goulart.

Nova ditadura militar inverte reformas de Goulart Congela salários, proíbe greves, é estabelecido um

fazendo comer poeira, do cerrado que viu sendo retirado, agora as empresas querem seu apoio para selo verde e créditos de carbono. Querem sobretudo sua liderança e influência sobre a vizinhança ainda resistente em meio aos eucaliptais. A empresa chama pra conversar. A prefeitura convida para uma audiência. Diadorim sabe que aí tem coisa... E diz não. Cobra seu córrego seco, sua água envenenada, seu caminho para a cidade desviado. Nunca houve diálogo e agora querem que apoie esse tal de carbono? Só vai fazer aumentar os plantios, o desemprego rural e sua solidão. A solidão do cerrado em meio aos 2 milhões de hectares de eucalipto em Minas Gerais.

Brasil 1967 - 1970: a violência da chegada

Pelé no futebol, Médici na política. O pior período da longa ditadura militar brasileira (de 64 a 84). Perseguição, prisão, tortura de presos políticos. Direitos cassados, congresso fechado, o poder verticalizado. Professores, sindicalistas, músicos, poetas, estudantes, a inteligência crítica exilada. A

Professores, sindicalistas, músicos, poetas, estudantes, a inteligência crítica exilada.

Desembarcam no Cerrado mineiro de Diadorim e na Mata Atlântica capixaba, os projetos de siderurgia e celulose. Aracruz, Plantar, Mannesmann

e outras mais. Vão comprando e tomando terras, de preferência planas, férteis, em áreas contínuas. Dane-se o que tinha ali antes: Mata Atlântica, Cerrado, aldeias indígenas, comunidades rurais, quilombos, pastos comunitários, agricultura de subsistência.

No Espírito Santo, as famílias quilombolas eram visitadas pelo Tenente Merçon, enquanto os índios tupinikins eram visitados por Capitão Orlando. As patentes, algumas vezes o uniforme militar, armados, em jipes, com jagonços de garantia. Perguntavam pelo registro da terra, pela posse, pela ocupação, pelo invasor. Como ter registro, se estavam ali ainda antes da escrita? Viveram ali na colônia, no império, na primeira e nova república. Sempre por ali. Mas agora não era mais possível. O Estado reclamava as terras da Aracruz! Quem tinha registro, era convidado a vender a terra. Quem não tinha, era pau, pedra e fim de caminho.²

Dezenas de aldeias indígenas e quilombos desapareceram. Sobre a maior aldeia tupinikim, a Aldeia dos Macacos, construíram a fábrica da Aracruz Celulose. Cemitérios, Mata Atlântica, caminhos e trilhas ancestrais; referências territoriais, ruínas de antigas construções, tudo coberto por maciços de eucalipto. Para os negros que resistiam ao Tenente Merçon, a Aracruz usava Pelé. Que, tal como aquele outro, o do futebol, também era famoso. Fazia dinheiro "driblando", enganando seus próprios parentes, negros como ele. Orientado pela empresa, foi convencendo um a um a venderem suas terras. Ou trocá-las por cachaça e promessas de emprego, como seus descendentes gostam de lembrar.³

Em Minas Gerais as empresas cercavam as terras, queimavam o cerrado, limitavam o gado, expulsavam a vizinhança. Ocuparam a maior parte das "terras devolutas", isto é, terras da União, do governo, terras de todos e de ninguém, onde

Os Biomas

No Brasil, o Cerrado é o segundo maior bioma depois da Amazônia, com uma área de mais de 1.783.200 km² do Planície brasileiro Central, cobrindo quase 22% da superfície do país. Equivalente ao tamanho da Europa Ocidental, o Cerrado conta com ecossistemas ricos e determinadas estações de seca. As três maiores bacias hidrográficas da América do Sul passam pelo Cerrado. O Cerrado conta com 10.000 espécies de flora incluindo uma grande variedade de flores e plantas medicinais, além de ser o habitat de mais de 400 espécies de pássaros, 67 tipos de mamíferos e 30 tipos de morcegos. Mais de 50% do Cerrado já foi convertido para agricultura.

A Mata Atlântica ou Floresta Atlântica cobre apenas quase 4% do seu tamanho original. São Paulo e Rio de Janeiro são somente 400 km distantes uma da outra no centro da região onde vivem 50 milhões de habitantes. A Mata Atlântica é tão ameaçada que das 202 espécies de animais da lista oficial de espécies ameaçadas no Brasil, 171 são da Mata Atlântica. A Mata Atlântica contém 1.361 espécies da fauna brasileira, 261 espécies de mamíferos, 620 de pássaros, 200 de répteis e 280 de anfíbios, sendo que 567 espécies apenas ocorrem neste bioma. A Mata Atlântica é a 'casa' para 20 mil espécies de plantas vasculares, das quais 8 mil também ocorrem apenas na Mata Atlântica.

1965 Mannesman S.A. estabelece empresas de 'reflorestação' ou monoculturas de plantação de eucalipto para produzir carvão para ferro gusa e aço

27 outubro Pres. Castelo Branco assume poderes ditatoriais. Sequem-se a abolição de partidos políti-

cos, suspensão dos direitos constitucionais e supressão da oposição. Eleição presidencial popular substituída por voto maioritário no Congresso.

1966

3 outubro Ex-ministro da guerra, Marshal Arthur da Costa e Silva eleito presidente pelo

Congresso. MDB recusa apoiar um candidato em protesto contra o governo pelo não reconhecimento dos seus maiores oponentes.

1967 Aracruz Cellulose começa suas atividades no Espírito Santo. Plantar se estabelece em Minas Gerais

habitavam as populações tradicionais, sequer reconhecidas como tais pelo Estado e pelas empresas. Difícil era separar o que era Estado e o que era empresa, nas Minas Gerais do final dos 60 e início dos 70. Se iniciava o enorme passivo socio-ambiental do período desta violenta chegada.

São Mateus, Espírito Santo, 2003

Seu Antônio chega em casa. Não sai do carro. Verifica toda a rua. Sua segurança depende dele, e somente dele. Vai se trancar ali até o dia seguinte, atrás de 3 portas de grade com cadeados. Seu telefone pode tocar a qualquer momento. Sua família está longe, em segurança. Pode ser também mais uma ameaça de morte. Ele persiste. Não sai dali enquanto não resolver sua aposentadoria por invalidez, seus processos e lutas. Reúne muitos como ele em sua casa: acidentados, doentes, manetas, pernetas, cegos. Aterrador. Viúvas dos que já se foram ainda o buscam. Dezenas sem benefício ou ressarcimento da empresa ou do Estado. “O eucalipto foi regado de sangue”, diz seu Antônio, principal testemunha dos envenenados por agrotóxicos e mutilados da motoserra.

Brasília, Maio, 2003

A Comissão de Direitos Humanos do Congresso Federal quis saber mais. Havia sido notificada do caso de Seu Antônio por uma parlamentar estadual do PT do Espírito Santo. Junto com ele foram também para Brasília Aimerê e Benedito. O primeiro, cacique guarani. O segundo, negro quilombola, remanescente de escravos de Conceição da Barra.

Aimerê chama atenção na capital federal. Está orgulhoso, usando seu cocar de penas brancas e amarelas. Colares, pulseiras e arrojados modelos de “piercings”, que ornaram sua tribo há alguns séculos, completam sua altivez guarani. Ir depor em Brasília significa um risco. Tinha sido visitado pelo sociólogo da Aracruz, dias antes da viagem. A

empresa ameaçava retirar benefícios que presta para sua aldeia, caso fosse depor na Comissão dos parlamentares federais. Sociólogo que não conhece alma de guarani não deve ser grande coisa. Nômades, os guaranis já se depararam com muitas paisagens e vizinhanças distintas, desde o Uruguai até o Espírito Santo, por toda a costa atlântica. O único contrato de Aimerê é com Nhandaru, seu deus, e com a busca da Terra sem Mal. Dando ou retirando, com a empresa não tem acordo que impeça índio de dizer o que quer, onde quiser. Depois do depoimento aos parlamentares, vai para uma casa em Brasília, emprestada pelo MST. Apenas um pernoite e voltaria para sua aldeia no Espírito Santo, vizinha da Aracruz.

Benedito divide o mesmo quarto com Aimerê. Índio nômade, Aimerê nada trouxe, apenas o que veste: botas, jeans e camiseta da Associação Indígena Tupinikim-Guarani. Ao contrário, de mala aberta, Benedito ocupa, com suas roupas e objetos pessoais, um espaço tão largo como seu sorriso. Quem pressiona Benedito não é a empresa, ao menos diretamente. Sua desavença é com a prefeitura de Conceição da Barra. Por ser ele seu empregado, não pode exercer sua liderança comunitária natural. Ele disputa junto com mais de mil famílias afrodescendentes as terras de seus antepassados roubadas pela Aracruz. Seus parentes viviam da Mata Atlântica, de seus rios, caça, pesca. Plantavam mandioca. Agora não dava mais. Vários já estavam lotando as favelas das periferias urbanas de Conceição da Barra, São Mateus, ou mesmo na capital do Estado, região com o pior índice de mortes por violência em todo o Brasil. Cerca de 40 a 50 homicídios por mês!⁴

Conceição da Barra, Espírito Santo, Janeiro, 2003

Dos parentes de Benedito que permaneceram nas comunidades rurais, a grande maioria usa fogão a lenha. Sem Mata Atlântica, os resíduos do eucalipto

Trabalhadores da V&M Florestal perto de Curvelo, Minas Gerais. Muitos trabalhadores desenvolvem problemas no ombro e na coluna, assim como doenças respiratórias em função da inalação de fumaça.



jan. 22 - O Congresso aprova uma nova constituição que fortalece o poder do presidente e o controle federal sobre as decisões dos estados.

1968

março-abril- Ampla protestos estudantis contra a ditadura. Professores dissidentes demitidos

Minas Gerais depois de ter sequestrado vários gerentes da fábrica. Depois de 1968, o movimento de trabalhadores é brutalmente destruído e lideranças prendidos ou exilados. abril 4 30.000 pessoas que atendem o enterro de um estudante assassinado pelas forças de segurança são atacados pela polícia.

manifestação no Rio de Janeiro contra o regime.

Dec. 13 Regime claramente autoritário estabelecido. Presidente Costa e Silva fecha o Congresso por tempo indeterminado.



Durante os primeiros três anos depois do plantio, grandes quantidades de agrotóxicos são usados para matar qualquer 'competição'. Muitas vezes, os trabalhadores não recebem proteção, reclamam de problemas respiratórios, ficam freqüentemente doentes e têm sido encontrados mortos no campo. Algumas das empresas têm sido citadas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Muitos dos agrotóxicos usados são proibidos no Norte - Lorsban, Sabri, Vextre (Dow AgroSciences), e Mirex (o que não tem sido utilizado nos Estados Unidos desde 1978. Outros incluem Roundup (Monsanto) e Scout.

são a principal fonte de energia para a culinária.

Afinal, Conceição da Barra, onde habitam, tem cerca de 70% de seu território coberto pela monocultura, e eucalipto é o que não falta... Ou ao menos não deveria faltar.⁵

Mas os jovens negros foram presos. Estavam colhendo algum resíduo para fazer carvão e para subsistência, e foram pegos de surpresa pela polícia privada contratada pela Aracruz, a Visel. Recolhidos de dentro de seu próprio e ancestral território, hoje um talhão de eucalipto da empresa, os jovens quilombolas foram entregues à Delegacia de Polícia Militar, onde ficaram detidos.

Curvelo. Minas Gerais, Maio de 2003

“Estado de Arte” é como os empresários, parlamentares, um historiador aposentado, o jornal local e ONGs do *ambiental business* tratam os territórios da Plantar. Não fica esclarecido se por “arte” se referem à magnitude surreal dos plantios, à simetria clássica dos eucaliptos ou à desterritorialização radical de seus antigos habitantes. Apenas se constata a unanimidade em torno dos projetos de crédito de carbono junto ao Banco Mundial.

Parlamento local de Curvelo. Cento e cinquenta pessoas se acotovelam em um espaço pequeno e calorento em um sábado à tarde. A discussão também prosseguia em clima quente. Dos cento e cinquenta, poderia se contar uns cento e trinta e cinco da empresa. Havia sido contratados para balir, como ovelhas, em situações determinadas. Os vizinhos de Diadorim não vieram de medo. Os que apareceram não abriram a boca. Foi um massacre: “Diadorim é responsável pelo desemprego”, “Diadorim expulsa os créditos do banco mundial”. A lógica é a de que não se deve reclamar, sim agradecer. A empresa é boa, gera renda para o lugar, desenvolvimento, progresso. Não se deve falar o contrário.

Uma censura drástica entra em vigor.

O Ato Institucional No.5 proclama state of siege e suspendo os direitos políticos.

Prisões em massa resulta em dissidentes e o uso

1969-73 Brasil passa por seu "milagre econômico" que transfere o poder econômico para as mãos de interesses privadas estrangeiros, aumento maciça das exportações em setores chaves. A distância entre os ricos e os pobres aumenta, salários diminuem dramaticamente, a importação de petróleo

1969

julho 13

Esquerdistas jogam bombas numa estação de TV em Sao Paulo. Aumento rápido dos movimentos de guerrilha urbanos. Sequestros e ataques

Demorou três horas para a tagarelice da empresa dar lugar a uma fala. Uma mocinha de dezoito anos levantou do meio do povo e abriu a boca. Foi um choque. Existem outras “Diadorims”? Sim. Fala simples, direta, firme. A professora primária conhece de perto a realidade familiar de seus alunos. A coisa não é bem essa. A raiva tinha subido à sua cabeça depois de ouvir tantas mentiras: “As outras pessoas não estão aqui falando mal da empresa por medo. Você sabem disso”.

Brasilia, 2003

Governo Lula. O slogan oficial é: “a esperança venceu o medo”. Mas o risco-Brasil, a vulnerabilidade externa, a economia estagnada, os juros estratosféricos... O desemprego atinge milhões. O narco-tráfico impera nas lacunas do Estado. Haja esperança.

Os plantadores do deserto verde visitam Lula. O Banco Estatal (BNDES) investe bilhões em novas fábricas de celulose, em mais plantios. O Banco Mundial irriga a monocultura com seus créditos de carbono. Ao todo, pretendem plantar mais 6 milhões de hectares nos próximos 10 anos. Lula cede. Desconhece Diadorim e Seu Antônio, Aimberê e Benedito.

Manguinhos, Espírito Santo/Agosto 2003.
Marcelo Calazans, coordenador da FASE/ES.
Renata Valentim, psicanalista, professora.

(Foi reservado o anonimato dos entrevistados)

References:

- ¹ In “Anthropophagic Manifest”, Oswald de Andrade, modern Brazilian poet.
- ² In “Waters from March”, Antonio Carlos Jobim, Brazilian musician.
- ³ A Brazilian alcohol
- ⁴ Conform React Espírito Santo Network and Human Rights Rapport, Espírito Santo 2002.
- ⁵ Conform “Violation of Economics, Social, Cultural and Environmental Rights in Eucalyptus Monoculture: Aracruz Celulose and Espírito Santo State-Brasil”. August 2002.

Um nascer do sol nevoento no Cerrado.



agosto 31 O Presidente Costa e Silva sofre um derrame. Chefes militares assumem o comando. setembro 4 -C. Burke Redbrick, embaixador dos EUA, é sequestrado por guerrilheiros até a libertação de 15 prisioneiros políticos no dia 7 de setembro.

Out. 7 Gen. Emilio Garrastazú Médici da chamada linha dura é nomeado presidente pela ditadura militar. Resulta numa ampla opressão.

1970

junho 21

Brasil ganha o tricampeonato mundial de futebol. O craque Pele aparece como uma porta-voz informal do regime do Médici.



Protesto dos indígenas Tupinikim

Os Descaminhos da Celulose e do Carvão Vegetal

E Os Impactos da Propriedade Privada

Os produtos derivados da celulose e do carvão vegetal servem a nós, povos da modernidade. No entanto, para o papel e o aço servirem às nossas atuais necessidades, foi preciso plantar toneladas de árvores que ocupam uma vasta extensão de terra. Quando as plantações de eucalipto chegaram ao Espírito Santo, ao sul da Bahia e ao norte de Minas Gerais, durante a ditadura militar no final da década de 60 e início dos anos 70, marcaram o começo de uma história de conflitos entre a população rural que vivia naquelas terras por séculos e as corporações multinacionais. Estas corporações se infiltraram no território de ocupação tradicional como parte de um projeto de modernização que marginaliza os Índios, os Quilombolas e camponeses. Geraram portanto uma infinidade de disputas.

Disputam primeiramente a terra. A redefinição inclusive de apropriação da terra: de comunais para propriedade privada. Antes, o uso comum e o costume, passado sucessivamente através de gerações, bastavam às comunidades como certeza de que a área a qual utilizavam lhes pertencia, como um direito de usufruto que o tempo e a tradição lhes proporcionou. A partir do estabelecimento das empresas que plantam eucalipto nestas áreas, uma nova forma de apropriação e uso da terra é criada, a propriedade privada. Com isso, o Estado poderia expropriar os moradores que não queriam a posse da terra, nova garantia de propriedade, em prol das empresas monocultoras. A nova lógica de propriedade, desconsidera toda a dimensão territorial do vivido. Os percursos construídos pelo uso comum da terra passam a ser redirecionados pela delimitação de propriedade privada. Foram portanto, os projetos celulósico e siderúrgico neste caso, que colocaram a necessidade para os reais moradores das terras de demarcarem o seu espaço, formalizarem o seu uso e definirem seus sujeitos.

Os Índios Tupinikins e Guaranis, estavam espalhados pelo Espírito Santo em grupos familiares, pescando, caçando, colhendo e plantando. A Aracruz Celulose no final da década de 60, valeu-se de uma versão forjada de que não havia Índios no Estado, para se instalar na região. Não consideravam os Tupinikins como Índios e quanto aos Guaranis, diziam apenas que eram forasteiros nestas terras. Passando ao largo dos direitos Indígenas, a empresa

penetraria neste território com mais tranquilidade para constituir propriedade, plantar eucalipto e finalmente produzir celulose. Dito e feito. Começava a se estabelecer a maior latifundiária do Estado: a Aracruz Celulose, que negociou como terras devolutas, 40.000 hectares do território de apropriação Indígena. Assim, desfez os núcleos sociais deste povo, com a expulsão de muitos Índios e o reagrupamento das famílias mais resistentes em 5 aldeias, injustamente delimitadas em pouco mais de 4.000 hectares. A fábrica inclusive foi construída no local da aldeia dos Macacos, simbolizando esta sobreposição na ocupação do território.

Da mesma forma, as famílias afrodescendentes foram expropriadas da terra pela Aracruz Celulose. Espalhadas por aproximadamente 3300 Km² da região norte do Espírito Santo, as famílias negras constituíam comunidades rurais desde o final do século XIX quando a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil. Por volta de 1970, sem os seus

direitos ainda adquiridos e reunidas em mais de 100 comunidades, estas famílias também foram coagidas pela Aracruz Celulose a saírem da terra. Atualmente agrupadas em 37

A Aracruz Celulose no final da década de 60, valeu-se de uma versão forjada de que não havia Índios no Estado, para se instalar na região.

negras rurais, as 1500 famílias Quilombolas, resistentes na terra começam a reivindicar os direitos adquiridos na Constituição federal de 1988, ou seja, o direito à terra a partir do reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo. Para fugir deste conflito, a empresa procura novamente, produzir versões "científicas" que forjem a identidade étnica desta população que está empenhada no seu reconhecimento legal.

No norte de Minas Gerais, até a década de 60, viviam os Geraizeiros, como são conhecidos o povo do Cerrado. Deste ecossistema aproveitavam vários recursos alimentares, medicinais, artesanais, entre outros. Viviam também da produção agrícola e pecuária. No entanto, nos anos 70 e 80 estas terras que pertenciam ou eram ocupadas por esta população, foram arrendadas por um período de 20 anos, como terras devolutas, para as empresas interessadas em plantar eucalipto, como Plantar e V&M. Muitos foram expulsos e outros persuadidos por promessas de

1973-74 Aumentos nos preços de petróleo tem um efeito devastador na economia. O desemprego chega a níveis altíssimos. Desnutrição e doenças tomam o caráter de epidemia. Expansão da agricultura, sobretudo de pastagens para gado, devasta os recursos naturais do país e forma uma

1974 janeiro 15 Gen. Ernesto Geisel, presidente do único estatal de petróleo Petrobrás, é eleito presidente. Apesar de que a tortura e a prisão continuam sendo instrumentos do regime militar as regras autoritárias são

Out. 15 A oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganhou por voto (62%) no Congresso, virando maioria no Senado.



Berto Florencino é um campesino e vive numa comunidade quilombola no Norte do Espírito Santo. Faz farinha de mandioca usando uma prensa tradicional. A casa da farinha é feita de madeira nativa comida pelo cupim. Isso é causado pelo uso em grande quantidade de agrotóxicos nas plantações vizinhas de eucalipto da Aracruz Celulose, administradas pela Plantar.

emprego e melhores condições de vida.

O capítulo da forma como as terras foram adquiridas, é parte surpreendente desta história. A Aracruz por exemplo, submeteu Índios e Quilombolas à repressão militar, em tempos de ditadura, aproveitando o apoio e incentivo que tinha do governo. Tenentes, como foram descritos, coergiam os moradores a abdicarem da terra. Além disso, com os Quilombolas usaram a relação de confiança entre familiares, cooptando uma liderança negra para que convencesse seus parentes e amigos a venderem as terras. Entrou, portanto no território, à força e à revelia da população local.

Uma vez adquirido a terra, as empresas precisavam transformá-la em condição de plantio para larga escala, ou seja, um enorme vazio. Já tendo reduzido o número de pessoas, restava extrair a floresta que no caso do Espírito Santo, significa uma das maiores biodiversidades de Mata Atlântica e em Minas Gerais, um expressivo Cerrado. Com correntões derrubaram milhares de hectares de florestas, privando a população resistente na terra da abundância dos recursos naturais. A experiência destes povos com a floresta e o profundo conhecimento sobre esta, são descartados pelo império da monocultura de árvores, que interfere nas tradições ancestrais.

Estas empresas, depois de desmatarem a vegetação nativa, reivindicam para si o mérito florestal. Disputam com os povos da floresta o conceito e as políticas de floresta, interessadas no marketing verde e nas exigências ambientais internacionais. A simples plantação de árvores não lhes confere no entanto, a legitimidade florestal atribuída a um ecossistema complexo em termos de biodiversidade.

Como Índios, Quilombolas e Geraizeiros dependiam diretamente destes recursos, a escassez representou uma drástica ruptura no seu modo de vida. Sem a caça e a pesca como fonte alimentar, tiveram que se concentrar mais na agricultura, o que para os Índios principalmente exigiu um maior esforço de adaptação. As condições agrícolas inclusive ficaram bastante prejudicadas pela proximidade com os eucaliptais, que exaurem os nutrientes do solo pela larga escala da plantação de rápido crescimento e utilização de agrotóxicos. A contaminação dos cursos d'água é um outro fator limitante, pois impede a utilização dos rios e córregos, que ainda não secaram, para pesca, consumo, lazer e transporte. Na saúde, o prejuízo se deu também com a perda das ervas medicinais que garantiam o tratamento de inúmeras doenças. Perderam também grande parte do potencial artesanal pela falta de matéria-prima disponível. As

1975

Out. 25 O jornalista Vladimir Herzog morre numa prisão policial fortalecendo a oposição.

15.000 estudantes entram em greve na Universidade de São Paulo

1976

Nov. 15

O MDB consegue vitórias nas eleições municipais.

Fechamento temporário do Congresso é decretado para mudar a constituição.

O divórcio é legalizado

1976-79

Padrão de vida continua em queda. Movimentos antimilitares aumentam com a participação de comunidades eclesiais de base, movimentos de mulheres, comunidades afro-brasileiras e de trabalhadores.

mulheres, em geral responsáveis por estas duas últimas atividades, perderam um significativo papel dentro de seus grupos.

A privação de todos estes recursos vem acompanhada pela imposição da monocultura do eucalipto no território. Perder a proximidade com a Mata Atlântica e com o cerrado e tornar-se vizinho de vastas plantações de eucalipto, tem uma representação subjetiva bastante relevante na vida desta população. Pela reordenação do território, antes com limites de ocupação definidos pela sociabilidade do grupo, agora com fronteiras rigorosamente demarcadas por proprietários. Pela redefinição das referências espaciais e temporais. E pela presença de tantos elementos estranhos no dia-dia destas comunidades.

As cercas, por exemplo, que cerceiam o direito de ir e vir da população residente naquele espaço são reforçadas ainda pelas milícias pagas pela Aracruz para intimidá-la e reprimi-la em diferentes ocasiões, como no acesso aos recursos madeireiros. A madeira da mata antes disponível para o uso doméstico, necessária até para produção culinária típica quilombola, o biju, agora que plantada passa a ser absolutamente restrita e proibida, como bem definido por esta milícia armada da empresa que vigia o entorno das plantações. As inúmeras proibições estipuladas autoritariamente pela empresa à população que vive ilhada no eucaliptal demonstra a política de distanciamento que mantém com os 'bons vizinhos'.

Enquanto a população tem que se afastar das plantações, as pragas destas se aproximam de suas residências. O cupim, por exemplo, invade as casas dos Índios e Quilombolas que moram no entorno das plantações, danificando a sua estrutura, que em geral são de madeira. Compromete-se assim suas moradias e casas de farinha (imóvel comum às pessoas da comunidade para produção de farinha e biju), e condicionam a arquitetura local à estrutura de concreto, que requer muito mais recursos financeiros.

A grande ruptura com o modo de vida que tinham está implícito na sociabilidade destes grupos. A opressão da Aracruz provocou um maior isolamento para os Quilombolas, seja pela presença massiva das plantações seja pelas novas regras de ocupação do território e então os encontros, as festividades, os mutirões deixaram de acontecer com a frequência praticada e desejada. No caso dos Índios a realocação das famílias, a proximidade com o eucalipto e a fábrica e a imposição de uma nova forma de organização, via um "acordo", é que gerou novos contratos sociais.

Este 'acordo' ou Termo de Ajustamento de Conduta, imposto aos Índios pela Aracruz em 1998 e

índios, que reivindicavam mais terra à sua área, erroneamente demarcada. Mas, ainda que a legislação federal diga que as terras Indígenas são inalienáveis, a Aracruz conseguiu burlar a lei com este 'acordo', que dá à empresa o direito de uso das terras em troca do repasse de dinheiro aos índios. O prejuízo à cultura Indígena é ainda maior com as determinações estabelecidas pelo 'acordo': investimento apenas para projetos agrícolas e a constituição de uma Associação, burocrática e hierárquica, contrariando a organização tradicional Indígena.

As mesmas estratégias utilizadas há anos com os índios, têm sido aproveitadas pela Aracruz com os Quilombolas hoje. O momento é de forte resistência para os Quilombolas que estão cada vez mais dispostos a lutar pelos seus direitos, enquanto a Aracruz tenta atenuar a crise propondo rápidos e pontuais acordos. A seu modo autoritário, conduz as negociações estipulando que formem uma Associação, determinando inclusive quem pode e quem não pode compô-la e proibindo nomeá-la de quilombola, para que não sejam reconhecidos como tal. As disputas internas no entanto, não têm sido maiores que a força da resistência.

Para os Geraizeiros, as ameaças que vêm recebendo por encarregados das empresas Plantar e V&M, são tentativas de sufocarem os conflitos e garantirem a manutenção da certificação FSC, que por sinal ignora diversas irregularidades das mesmas. Os Geraizeiros também estão se articulando para cobrar do Estado as terras que já tiveram expelido o prazo de arrendamento com as empresas e ao mesmo tempo, a reconversão dos eucaliptais em cerrado.

Enfim, toda esta história narrada pelos conflitos das populações tradicionais com as empresas que plantam eucalipto demonstra sob que condições são produzidos a celulose e o carvão no Brasil. Infringindo Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, Aracruz Celulose, Plantar e V&M mantém um império produtivo que abastece o mercado internacional. Com a justificativa dos atuais índices de consumo de papel e aço no mundo, a monocultura do eucalipto se impôs sobre um território de grande diversidade social e biológica. No entanto, o desejo de romper com o isolamento, a necessidade de recuperar suas terras e o acesso aos recursos naturais, a busca pelos seus direitos e a indignação com este modelo de desenvolvimento excludor e gerador de tantas desigualdades sociais, são parte desta história que tem se construído com a articulação entre estes e outros atores que acreditam que um outro mundo é possível.

Daniela Meirelles



Forçando uma Economia Rural

Plantações de eucalipto, pelas mais variadas maneiras, são responsáveis por uma longa lista de degradação ambiental, incluindo contaminação da água e do solo pelo amplo uso de agrotóxicos, desvio da água, poluição do ar, em alguns casos, com danos irreversíveis para outras espécies de plantas e animais. O refluxo de todos esses fatores afeta a vida humana - primeiramente nas comunidades rurais.

Introduzida pelos últimos governos brasileiros, militares e civis, a 'modernização agrícola' envolve diminuição de taxas, empréstimos e outras formas de assistência governamental, com o objetivo de construir infra-estrutura industrial para exportação. A monocultura de eucalipto em larga escala tem uma longa e sórdida história de fartos subsídios governamentais, tal como uma idêntica longa história de apoio de Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). A mais nova forma da expansão neo-liberal do setor são os projetos de comércio de poluição.

Modernização Agrícola

O Brasil é um dos "top 50" países do mundo classificado como severamente endividado pelo Banco Mundial (BM), e está frequentemente sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para pagar os juros de sua dívida externa de \$237,6 bilhões, a maior parte contraída durante a ditadura militar de 1964 - 1984.¹

A economia rural do Brasil mudou dramaticamente quando a ditadura militar tomou o poder em 1964. Vultuosos empréstimos provenientes do FMI e Banco Mundial promoveram uma alavanca para a agricultura e a indústria exportadoras em larga escala, durante o período nomeado como "milagre econômico". Primeiro as indústrias públicas eram usadas para providenciar ferro, energia e matérias primas, possibilitando taxas enormes, de 12%, no crescimento anual das exportações entre 1969 e 1972.² O aumento nos custos e nas taxas de importação de petróleo e outros bens gerou uma balança comercial deficitária, fazendo declinar os ganhos e receitas públicas.

Em 1967 o governo implementou um programa de incentivo fiscal, o FISET, para promover investimentos em indústrias siderúrgicas e de papel e celulose. Em um período de 33 anos, através do FISET, foram plantados, concentradamente, seis milhões de hectares de

Página oposto - Maria Angela Assis vive num sítio isolado fora de Curvelo, Minas Gerais. Seu emprego consiste em preparar e pôr barro fresco nos fornos, cozinhar, limpar, e educar seis filhos. Ela trabalha todos os dias. Enquanto os homens, com quem ela trabalha, descansam, ela está cozinhando as refeições deles, além de fazer a limpeza. Ela trabalha 16 horas por dia e recebe deles cerca de 100 reais por mês (34 euros). Mas isso não ficou claro já que ela não consegue contar.

eucalipto. Após o término do FISET em 1989, as indústrias experimentaram um sério declínio. Em 1998 os plantios de eucalipto foram reduzidos a 4,8 milhões de hectares, demonstrando a instabilidade econômica da indústria e explicitando sua dependência de apoio financeiro externo.³

A 'modernização agrícola' continuou com os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90, que re-desenhou a economia aprofundando o modelo neo-liberal - concentrando mais terras nas mãos de menos proprietários e expulsando mais pessoas de suas terras. Em 1998, 1% dos proprietários de terra possuíam 46% das terras férteis - muitas das quais improdutivas. Enquanto isso mais de 4,8 milhões de famílias hoje estão sem terra e milhões de outras não têm mais acesso a terra onde viveram por muitas gerações.⁴

Plantações de eucalipto vs. Economia Rural

As plantações de eucalipto nasceram no contexto da ditadura militar e se desenvolveram através da 'modernização agrícola' dos 90. Ainda hoje, as empresas de eucalipto de rápido crescimento continuam a oferecer pequeno valor ou mesmo nenhum dinheiro pelas terras de que tomaram posse, hostilizando comunidades para aceitarem 'acordos', combinando táticas de força e outras mais sofisticadas, de 'dividir e imperar'. Através de uma bruta desapropriação de terras e de um sistemático empobrecimento rural, os grupos sociais são forçados a aceitar baixos salários e degradadas condições de trabalho, frequentemente como trabalho ilegalmente sub-contratado. Na vacilante economia do eucalipto, as escolhas são cruéis. A maior parte da sociedade tem que escolher entre uma vida de brutais condições de trabalho ou fugir para favelas nas periferias das cidades, onde também são lançados em um novo ciclo de pobreza. Hoje, 82% da população brasileira vive em áreas urbanas.⁵

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) cita em seu Relatório Final de 2002 que Plantar e V&M, junto com outras 40 empresas de monocultura de eucalipto, estavam praticando terceirização ilegal de trabalho que afetava negativamente a saúde e a qualidade de vida de trabalhadores carvoeiros.⁶ Através do processo de terceirização, "precárias relações de trabalho, condições degradantes de trabalho, trabalho escravo e infantil e devastação do Cerrado" existe na indústria.⁷ Nos últimos 10 anos, três CPIs foram criadas para investigar o setor. A última Comissão foi criada em 1995 "para investigar as denúncias contra a denominada 'máfia do carvão', que operava principalmente no norte de Minas Gerais".⁸ Como resultado, Plantar e V&M têm sido processadas pelo Ministério Público Federal do Trabalho (MPT). Plantar foi forçada a assinar um

1978-80

1978-80 Greves maciças dos metalúrgicos. Luiz Inácio (Lula) da Silva aparece como líder do recém-formado Partido dos Trabalhadores.
1978 500,000 trabalhadores entram em greve

Set. 30

33 sindicatos exigem o direito à greve num manifesto conjunto.

Out. 15

Gen. João Baptista Figueiredo é declarado presidente em vez do candidato do MDB.

1979

1979 3.2 milhões de trabalhadores entram em greve durante o ano.
Jan. 19 Gen Figueiredo faz votos prevendo uma transição para um governo civil. A censura é relaxada e anistia é dada à maioria dos prisioneiros

'Termo de Ajuste de Conduta', enquanto a V&M explicitamente se recusou.

O eucalipto é plantado prioritariamente perto das áreas costeiras, na Mata Atlântica, para produção de papel e celulose, ou para produção de carvão no Cerrado. Muitas famílias constroem fornos de argila no Cerrado, para queimar madeira e produzir carvão. As economias rurais têm sido transfiguradas pela indústria do eucalipto e freqüentemente as populações não têm outras opções econômicas a não ser a produção de carvão em pequena escala. Como o uso e a coleta do eucalipto comercial é ilegal, muitas famílias

queimam o que ainda resta de mata nativa e várias vezes o carvão assim produzido é comprado pelas empresas. Tais empresas negam o uso de florestas nativas e argumentam que plantar espécies exóticas, não nativas, é de fato 'desenvolvimento sustentável'.

"... valorizando a importância em determinar a integração entre a produção siderúrgica e o meio ambiente, isso se traduz como ação da filosofia do Grupo Plantar - que se propõe prosperar no mercado do ferro se submetendo aos princípios de Desenvolvimento Sustentável e ao uso de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo".⁹

Existem evidências provando que, com muita técnica e perícia, as empresas plantadoras de eucalipto destroem florestas nativas, tanto diretamente como indiretamente.

O Mercado das Emissões e as Plantações

O comércio das emissões e os projetos baseados no 'mercado de carbono' são duas brechas encontradas no Protocolo de Quioto, as únicas que as Nações Unidas concordam frear a mudança do clima em todo planeta. O Conselho científico das Nações Unidas, o Painel Intergovernamental da Mudança Climática (IPCC) relatou que é necessária uma redução de 50% a 70% nas emissões de dióxido de carbono (CO₂), para estabilizar a concentração de CO₂ na atmosfera.¹⁰ Ainda os Estados industrializados do Protocolo de Quioto, e países em desenvolvimento, precisam reduzir as emissões de 6 entre os mais perigosos gases que provocam o aquecimento, incluindo CO₂, para somente

5,2% até o ano 2012, baseado nos índices de emissões dos anos 90.¹¹

E o que é pior. O comércio das emissões, e os projetos baseados no 'mercado de carbono' sob o Protocolo de Quioto, permitem que países e empresas do norte atinjam parcialmente seus objetivos mesquinhos, comercializando créditos em um sistema de mercado, com outros países e empresas. Cada país que se propõe metas de redução, tem uma quota que lhe permite comprar ou vender no mercado das emissões. O país pode obter permissões adicionais, criando supostos projetos de 'desenvolvimento sustentável' em outros países, que teoricamente 'reduziriam' ou 'compensariam' as emissões globais. Isso é chamado 'comércio de crédito'.¹² Esses projetos de geração de crédito em países com metas de redução são chamados Projetos de Implementação Conjunta (Joint Implementation Projects - geralmente no Leste Europeu). Os projetos de geração de crédito em países sem metas de redução (geralmente do Sul) são chamados Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Na estrutura de Quioto o Brasil é um potencial alvo de projetos de MDL. Existem mais de 50 projetos de MDL em processo, em vários estágios de desenvolvimento, cujos interesses investidores se direcionam para um dos países com maior potencial

Existem mais de 50 projetos de MDL em processo, em vários estágios de desenvolvimento, cujos interesses investidores se direcionam para um dos países com maior potencial para crescimento do MDL.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
GUIA DE CONTROLE AMBIENTAL PARA TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS SUMPORODUTOS FLORESTAIS
ARTIGO 24, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 10.881/01 E ARTIGO 84 DO DECRETO Nº 17.449/02

NÚMERO DE CONTROLE: 2610238
SÉRIE: 17 VIA 1 ET

ATENÇÃO
COM QUELUM VALORADO QUANTO AO SEU AMBIENTAL AUTORIZAÇÃO NA NOTA FISCAL 0 (ou período de trânsito de origem ao destino).

CAMPO: DADOS DO FURNICEMUR
1.1 - NOME DO PROPRIETÁRIO: Manoela Guimaraes Magalhães
1.2 - NOME DA EMPRESA: da Floresta
1.3 - LOCALIZAÇÃO: curvelo
1.4 - PRODUTO TRANSPORTADO: carvão
1.5 - VOLUME: 60 mdc
1.6 - DATA DE EMISSÃO: 25/10/2008
1.7 - VOLUME: 60 mdc
1.8 - DATA DE EMISSÃO: 25/10/2008
1.9 - DATA DE EMISSÃO: 25/10/2008

CAMPO: DADOS DO DESTINATÁRIO / TRANSPORTADOR
2.1 - NOME: V&M Brasil S.A.
2.2 - ENDEREÇO: Av. Olinto Neireles, 65
2.3 - LOCALIZAÇÃO: Barreira
2.4 - LOCALIZAÇÃO: Belo Horizonte
2.5 - NOME DO REPRESENTANTE: Manoela Guimaraes Magalhães
2.6 - NOME DO REPRESENTANTE: curvelo

2.7 - DATA DE TRANSPORTE: 25/10/2008
2.8 - DATA DE TRANSPORTE: 29/10/2008

Recibo do V&M Florestal mostrando uma compra recente de carbono de árvores nativas

1982 Violência militar de direita contra a abertura política	20 dezembro Subsídios no gás e itens alimentares básicos terminam devido a um acordo da dívida com o FMI. Dívida Brasileira atinge \$89 bilhões.	1984 Abril 10 Manifestação massiva no Rio de Janeiro em favor de eleições presidenciais populares Abril 15 1.5 milhões de manifestantes em São Paulo repetem a mesma voz, militares insistem em
--	--	--

para crescimento do MDL.¹³ Projetos de MDL incluem extração de metano de lixeiras, projetos de barragens e usinas hidroelétricas, plantações homogêneas de árvores e projetos de substituição de combustíveis.

Algumas das empresas produtoras de carvão no Cerrado do Brasil já estão recebendo créditos de redução das emissões (ER), mesmo que sem o MDL (ex. V&M) ou então estão esperando aprovação (ex. Plantar). A justificativa para o prêmio-recompensa, o crédito de Redução de Emissões para Plantar, é que em fábricas metalúrgicas, carvão vegetal está substituindo o mineral, reduzindo o agente e componente carbono. Plantar é considerada um projeto de 'substituição de combustível evitado', uma vez que tem ainda que converter para coque.

As monoculturas de árvores em larga escala são consideradas 'sumidouros de carbono', porque árvores absorvem dióxido de carbono da atmosfera durante a respiração, o que teoricamente compensaria a poluição por CO₂. O que entretanto não é levado em conta é que, quando a árvore é queimada e se decompõe, ela libera de volta o CO₂ para a atmosfera. Somam-se ainda os inúmeros crimes ambientais inerentes a operações de monocultura dessa magnitude.

Sequestro

A idéia de se expandir os plantios de monocultura para reduzir as emissões globais de CO₂ é fundamentalmente falácia. Quanto à capacidade das monoculturas de árvores em sequestrar o CO₂ global, os estudos científicos são in-conclusivos. Entretanto, todas as perspectivas ilustram a completa falta de interesse do Norte em reduzir suas emissões na fonte, perpetuando a economia de combustíveis fósseis.

Alguns estudos científicos têm mostrado que as plantações industriais de árvores em larga escala podem, de fato e realmente, produzir mais emissões de CO₂ do que as árvores podem absorver. Quando o solo é arado para os plantios, a matéria orgânica libera CO₂ para a atmosfera.¹⁴ Outros estudos têm mostrado que seriam necessários 10 anos para que as árvores realmente iniciassem uma 'neutralização' de CO₂.¹⁵ Outros ainda dizem que somente sistemas diversos e estáveis, como florestas de longo desenvolvimento, são capazes de reter CO₂, como um depósito de carbono. No caso das plantações em larga escala, as árvores são cortadas e extraídas em ciclos de rápida rotação. A monocultura de eucalipto no Brasil, para corte em ciclos de rotação de 7 anos, e enquanto isso, nada mais pode crescer nesse território estéril.

O carbono é fixado em diferentes lugares no interior e ao redor dos sistemas terrestres. Na litosfera, o carbono é fixado como petróleo, carvão mineral, gás e carbonetos - e é extraído como combustível fóssil, para consumo energético. O carbono da litosfera é um



Lucimar estudou até os 18 anos. Seu sonho era ir para a Universidade e estudar matemática ou ser um jogador de futebol. Sem ajuda financeira e numa economia em base do eucalipto, ele foi forçado para trabalhar para alguém que perto de Curvelo queima mata nativa para carvão. Ninguém soube informar para quem o carvão é vendido.

depósito permanente e isolado. Quando extraído e queimado, o combustível fóssil libera CO₂ para a atmosfera, transformando para sempre em poluição, essa fonte naturalmente segura. A atmosfera e a biosfera têm realizam uma troca naturalmente balanceada, relativa ao CO₂. Quando o carbono do subsolo é queimado como combustível fóssil, o equilíbrio natural é rompido e desequilibrado. Visto desde a perspectiva do 'depósito' na biosfera, o carbono é inevitavelmente liberado todo tempo. Assim, as indústrias extrativas não questionam como a poluição é teoricamente estocada e fixada. Pensam apenas em seus prazos e resultados temporários, aumentando permanentemente a ocorrência de carbono na superfície.

O exemplo das plantações de eucalipto mostra também a insensatez de uma compreensão

1985

Formação do MST

22 Abril Vice presidente-eleito José Sarney assume presidência após Tancredo Neves (PMDB) falecer de cancro antes da tomada de posse.

Novembro

O Congresso passa a Lei da Reforma da Terra para distribuição de 88 milhões de acres a 1.4 milhões de famílias até 1989. Fazendeiros impedem o programa contratando "capatazes" para ameaçar e assaltar

1986

28 Fevereiro - "Plano Cruzado" introduzido para parar inflação (230% em 1985) embora preços e salários sejam cancelados.

20 Novembro - Plano Cruzado II introduzido levando a escaladas de preços e desvalorização da

unidimensional do ciclo do carbono. Os estudos nos quais os casos de plantios de eucalipto se baseiam falham frequentemente em reconhecer diferenças óbvias entre uma floresta real e uma monocultura industrial de árvores. E tem mais. Os estudos científicos focam somente um evento específico do ciclo de vida das árvores - o crescimento e a fixação de CO₂. Nestes estudos vigora a inclinação de não calcular por inteiro o processo produtivo industrial, o consumo de energia relacionado à produção final do produto e as operações intrínsecas à monocultura do eucalipto, incluindo a queima da madeira que libera CO₂ na atmosfera, o uso de combustível pelo maquinário, transporte e embarcação, a energia consumida na planta industrial, poluição por agrotóxicos, poluição química do papel e da celulose, poluição dos grandes fornos - para nomear apenas alguns. As monoculturas de árvores de eucalipto como um estágio de desenvolvimento - conforme o dito perspicaz da ciência - não pode servir de fundamento e justificativa para o multimilionário 'mercado de carbono', se seu papel específico não for calculado em toda a amplitude de seus vastos ciclos físicos e econômicos.

Um exemplo do vasto ciclo do carbono é encontrado na indústria automobilística. O carvão proveniente do eucalipto é usado na produção de ferro, o elemento básico do aço, insumo da indústria automobilística, que com ele produz automóveis. Este exemplo coloca em questão os reais interesses travestidos na suposição de que plantações de eucalipto são 'desenvolvimento limpo' - tal como querem pregar os 'experts' e especialistas de toda espécie, em governos, indústrias e ONGs - e ainda lança a dúvida nos genuínos motivos concernentes ao freio global das emissões de gases estufa (GE). Por esta via, as plantações de árvores em larga escala prolongam e dão legitimidade a uma economia baseada no uso ainda mais intensivo de combustíveis fósseis, promovendo esse modelo e ainda dificultando todos esforços de redução dos gases estufa, no sentido contrário à mudança climática. É importante ressaltar nesse contexto que são os investidores e os projetos desenvolvidos (ex. Plantar, V&M, Mitsubishi etc.) que recebem os créditos, e não as pessoas.

O Banco Mundial e o Fundo de Carbono (Prototype Carbon Fund)

Em Julho de 1999 o Banco Mundial aprovou o estabelecimento de um novo fundo para investidores interessados em iniciar o mercado de carbono - o Modelo de Fundo de Carbono. Este fundo exemplifica

A AMDA é uma ONG brasileira que apoia a monocultura de eucalipto. Num seminário, organizado em abril de 2003, esta apresentação foi uma das muitas para fazer propaganda para a indústria. A apresentação diz, "A Floresta Em Seu Transporte."

as políticas injustas do Banco Mundial, que favorece investidores industriais através de um método 'manda mais quem paga mais' e ainda através de recompensas pelos riscos e seguro para os primeiros investidores.

O Fundo de Carbono negocia e lida estritamente com créditos à base de projetos, quer sejam de Implementação Conjunta (JI), quer sejam os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), submetidos à estrutura do Protocolo de Quioto. As empresas investem e recebem cotas *pro rata* - quanto mais créditos a empresa compra, mais créditos recebe. Compradores de tais créditos também se auto-promovem habilmente no mercado, como empresas verdes, o que acaba por lhes dar um *status* não somente para poluir mais, como também para afirmarem-se como modelo, influenciando outras empresas.

De fato, o Fundo de Carbono subsidia o investimento externo. Se um projeto falha em um país hospedeiro, os investidores não correm nenhum risco em ter de pagar pela despoluição da área, ou qualquer tipo de compensação, ou reparação das terras, ou pelos recursos naturais perdidos, ou pelos danos às comunidades afetadas, pelas consequências do projeto. Enquanto o Fundo de Carbono mantiver o seu próprio 'seguro anti-riscos' sob a forma de uma reserva monetária, isso apenas serve como compensação para o investidor, no caso de um possível *déficit* no mercado ou de um colapso do projeto. A reserva monetária não compensa comunidades ou países hospedeiros, quando da falha de um projeto.

É difícil receber claras e públicas informações do Fundo de Carbono. Os contratos, como o do controverso projeto da Plantar, são obscuros diante de qualquer falha do projeto. Quando questionado por informações sobre o contrato da Plantar, o Fundo de



1987

Fevereiro Pres. Sarney suspende pagamentos da dívida a bancos estrangeiros. Pressão internacional leva ao resumo dos pagamentos no ano seguinte.

1988

Outubro Sarney elabo "Nossa Natureza", um programa desenvolvido para limitar o desenvolvimento na bacia amazônica.

5 Outubro A nova constituição foi implementada, solidificando as instituições

democráticas, abolindo o mandato presidencial por decreto, a igualdade para as mulheres, direito de voto para analfabetos, protegendo direitos Indígenas e criando um código do trabalho.

Carbono do Banco Mundial replicou, "Este tipo de informação deveria ser colocada no Acordo de Desenvolvimento de Projetos de Redução das Emissões (ERPA), que é um documento confidencial e não pode ser disposto ao público".¹⁶

A parcialidade explícita desta via, em benefício do Norte, pode ser vista quando da falha de um projeto. Toma-se o exemplo da Senter Internacional, a agência do Ministério Holandês de Assuntos Econômicos, e seus projetos de comércio de emissões. O governo Holandês é um dos cinco governos envolvidos em dirigir o Fundo de Carbono do Banco Mundial. Pois a Senter tem estabelecido regras de forma que um projeto do Sul não seja compatível com o acordo sobre redução de emissões. O site da Senter na internet afirma que, "Em caso de projetos MDL, Senter tem o direito de cobrar uma penalidade ou multa, se a entrega de menos de 70% dos créditos CER estiver atrasada". E tem mais, o Código Civil da Holanda estabelece que o 'solicitante' pode ser responsabilizado pelos danos, quando o 'produto' não for entregue, e ainda que pode ser multado. A multa é a mesma, independente do 'solicitante' entregar 0% ou 69,9% do produto. Ainda pior, o 'solicitante' é repetidamente cobrado por mês. Do outro lado da balança, se o 'solicitante' produzir mais que a quantidade acordada, "Senter tem o direito, mas não a obrigação de adquirir os créditos de carbono adicionais. Senter pagará o preço de mercado pelas toneladas adicionais".¹⁷

É mais uma forma de dívida institucional. Os países do Sul têm uma longa história de déficits com projetos que falharam. Falhas no caminho dessas novas demandas resultarão em aumento da crise financeira, com o que os países do Sul simplesmente não poderão arcar. Para a sociedade brasileira, a cobrança de multas, a responsabilização, e a criação de um vasto sistema de débitos compõem a face já bastante familiar dos projetos do Banco Mundial.

Essas políticas são essencialmente guiadas por caminhos que beneficiam as empresas e países do Norte. Existem também muitas imprecisões arbitrárias, formalidades e jargões, que dificultam o entendimento, o acesso e a participação da maior parte das pessoas e da sociedade. O Fundo de Carbono segue o clássico modelo Banco Mundial de não-transparência. A maior parte das pessoas diretamente afetadas por esses projetos não tem a menor idéia da existência desses acordos. Embora o Fundo de Carbono esteja 30 dias aberto para comentários públicos relacionados a cada um de seus projetos, isso apenas existe no cyber-espaço da internet. As comunidades mais afetadas não têm acesso a computadores ou internet e mesmo onde tenham, o Fundo de Carbono não se esforça para informa-las notifica-las ou diretamente.

Conclusões

O conceito de espécies de árvores exóticas de rápido crescimento, para a exportação de papel e celulose e produção de carvão, em um país empobrecido, com enormes dívidas e massivo mau uso da terra tipifica a desigualdade de um sistema que já tem demonstrado

projetos compensatórios no Sul das emissões do Norte é uma nova perversão de uma velha relação colonial baseada na dominação, subjugação e exploração. As plantações precisam expandir-se por terras primeiramente ocupadas por milhares de pessoas, terras com as quais contavam as comunidades rurais, para a sobreviverem. Esquemas de compensação não sabem lidar com problemas de poluição, em suas origens. Ao invés de criar medidas possíveis e viáveis para a redução das emissões, e antes de analisar criticamente o consumo desde onde se desencadeiam os níveis de emissões, este modelo serve de fato para justificar e ainda promover as emissões globais, e ainda lança o ônus e seu peso sobre as populações de menor poder econômico e social. Este padrão neo-colonial levanta as trincheiras e protege a injustiça ambiental em curso.

Tamra Gilbertson

Referências

- 1**Banco Mundial, **Indicadores do Desenvolvimento Mundial. Baseado em dados de 2001 do Brasil.** www.worldbank.org
- 2**A Enciclopédia da História do Mundo, 2001.
- 3**O Setor Brasileiro de Ferro e Aço e o MDL : **Exemplos de Seguro Ambiental', atividades neste campo. Abril 2002.** http://www.ecosecurities.com/300publications/BrazilianSteel_Iron&CDM.pdf
- 4**www.mst.brazil.org
- 5**www.worldbank.org
- 6**Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 11 de Junho de 2002.
- 7**Relatório de Avaliação da V&M Florestal e Plantar S.A. Reflorestamentos, ambas certificadas pelo FSC - Conselho de Manejo Florestal. Brasil, Novembro de 2002, WRM - Movimento Mundial pelas Florestas.
- 8**Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 11 de Junho de 2002.
- 9**www.plantar.com.br/ingles/ingles.htm
- 10**<http://www.ipcc.ch/pub/spm22-01.pdf>
- 11**www.unfccc.int
- 12**O Céu não é o Limite - O Mercado Emergente em Gases Estufa. Carbon Trade Watch, Instituto Transnacional. Briefing Series, 2003.
- 13**Relatório Internacional do Meio Ambiente, Volume 26, número 16, 30 de Julho de 2003. Página 778, ISSN 1522-4090.
- 14**Fazendeiros florestais não deterão a mudança do clima, New Scientist, edição impressa, 28 de Outubro de 2002.
- 15**O Carbono Sequestrado. New Scientist, 23 de Maio de 2001. www.newscientist.com
- 16**O Fundo de Carbono respondeu a interações pessoais.
- 17**Questões frequentemente feitas, relativas aos Acordos de Promoção das Reduções de Emissões (ERPA). Recurso legal em caso de não-obediência. Senter Carboncredits. N.1, 15 de Agosto de 2002.

Foto : Jutta Kiff, Sinks Watch, November 2003



Córrego e brejo seco, cercados por plantações perto de uma fazenda abandonado, certificado pelo FSC, Plantar, Minas Gerais.

O Comércio de Carbono e a Certificação

Uma 'lavagem verde' para as plantações

Quem imaginaria que plantações de árvores em larga escala com aplicação de agrotóxicos - há décadas considerados sistemas prejudiciais de uso da terra - cumpririam um papel chave nas políticas de desenvolvimento sustentável? As iniciativas recentes que incluem plantações de eucalipto no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) mostram que isso está virando realidade, inclusive com o apoio de algumas entidades ambientalistas. Podemos indagar: como esta mudança de opinião de 180 graus aconteceu? A resposta pode ser encontrada ao olharmos mais de perto o procedimento de aprovação da empresa de eucalipto Plantar, em Minas Gerais, pelo Banco Mundial. É importante ressaltar que o Banco, intermediário no 'comércio da poluição', deixa a avaliação dos candidatos ao MDL nas mãos de uma outra organização:

"Como é do seu conhecimento, neste projeto, o Banco baseia-se no processo de certificação implementado pelo Forest Stewardship Council - FSC -, um processo movido por organizações não governamentais e amplamente reconhecido como a forma mais abrangente para assegurar a qualidade ambiental e a equidade social em operações florestais".¹

A história do FSC - Conselho de Manejo Florestal - começou no final dos anos 80 com o apelo dos ambientalistas para o boicote de madeira tropical. Nos anos seguintes, a demanda por esse tipo de madeira reduziu de forma significativa na Europa e nos EUA. Alguns varejistas começaram a negociar com as ONGs, desafiando-as a buscar alternativas à madeira tropical que descartassem o desmatamento predatório. As tentativas de conciliação levou, em 1993, à criação do FSC, reunindo grupos de interesses ambientais, sociais e econômicos.

O FSC é responsável pela definição de um conjunto de princípios e critérios globais para a classificação de florestas "bem manejadas". Baseado nessas orientações, órgãos privados executam a certificação FSC, não só para atividades de corte em florestas naturais mas também para plantações. A chave principal para a resolução de conflitos sociais é o chamado processo dos "stakeholders", cujo objetivo é garantir a participação de todas as partes interessadas em considerar os direitos formais e tradicionais das populações locais. Muitos grupos de direitos humanos se filiaram ao FSC, acreditando que o mesmo apoiaria uma espécie de iniciativa de 'mercado justo' para beneficiar as comunidades locais.

Para garantir o sucesso do FSC, o Fundo Mundial pela Natureza (WWF) incentivou a organização de Grupos de Consumidores de madeira certificada. Sua demanda por produtos com o selo FSC estimulou também a expansão de florestas certificadas, que

ultrapassou os 30 milhões de hectares pelo mundo.

Contudo, o FSC não se desenvolveu sem problemas. Recentemente, a Rainforest Foundation lançou um relatório com nove estudos de caso de empresas certificadas na Indonésia, Tailândia, Malásia, Canadá, Irlanda e Brasil.² O Movimento Mundial pelas Florestas (WRM) publicou um outro estudo crítico sobre a certificação da Plantar e da V&M Florestal em Minas Gerais, que juntas possuem cerca de 20% da área total certificada no Brasil.³ Todos os estudos enfatizam a falta de transparência e a modesta e negligente aplicação dos princípios e critérios do FSC, considerados os mais rigorosos mundialmente. Em quase todos os casos, problemas e conflitos ambientais com comunidades locais foram relatados. De fato, sobretudo empresas multinacionais são beneficiadas em detrimento das comunidades tradicionais. Em setembro de 2003, de um total de 1.276.298 hectares de áreas certificadas no Brasil, 72% eram plantações industriais e 24% desmatamentos em florestas primárias. Menos de 3,8% eram projetos comunitários extrativistas e de organizações de povos indígenas.⁴ No entanto, estas comunidades locais somente obtiveram o selo depois que foram treinadas na extração de madeira. O selo não se baseia, portanto, nos seus sistemas tradicionais de manejo florestal menos destrutivos.

Porque o FSC tomou um rumo tão diferente dos seus objetivos iniciais? Uma das razões é a mudança progressiva, na última década, no método e na ideologia de argumentação das ONGs Nórdicas: de uma 'contestação crítica' para um 'pragmatismo'. Gradualmente, a postura crítica diante da crise socioambiental e do modelo de desenvolvimento baseado em padrões de consumo sempre crescentes foi sendo substituída por uma busca de soluções técnicas em parceria com o governo e a indústria.⁵ Em resumo, foi justamente o enfoque de mercado do FSC, aliado às novas relações de poder entre ONGs, governo e setor privado, que deturpou profundamente uma idéia inicialmente boa.

Falhas do Mercado

No final dos anos 80, o comércio de madeira rejeitava qualquer tentativa de implementar a certificação por considerar que essas idéias eram simplesmente formas de boicote. Durante as negociações com grupos ambientais, sobretudo o WWF, algumas empresas se deram conta de que um selo, declarando que seus produtos eram ambientalmente saudáveis, podia melhorar suas imagens danificadas e - até mais - atrair novos compradores. Como a demanda dos Grupos de Compradores não podia ser atendida, comerciantes de madeira pressionaram para a adoção de padrões de certificação menos rígidos. Alan Knight, da

22 dezembro - Francisco "Chico" Mendes, líder do Conselho Nacional dos Seringueiros, é assassinado na vila Amazônica de Xapuri.

1989

20-24 fevereiro - Índios em Altamira protestam contra proposta de barragem no Rio Xingú.

Março-Abril Mais de 300 greves protestam inflação (988% em 1988) e congelamento de salários.

17 dezembro - Francisco Collor de Mello do Partido de Reconstrução Nacional, conservador, vence eleições presidenciais por uma pequena margem contra Lula. O seu programa neo-liberal promete privatizar os \$110 bilhões da dívida e combater os 1,300% de inflação anual.

britânica B&Q, declarou o seguinte na primeira assembleia geral do FSC em Oaxaca, México, em junho de 1996: "...se você quer que as corporações reduzam a pressão sobre o FSC, nós reduzimos, mas saiba que isso será uma clara mensagem para comprarmos em outro lugar."⁶

Depois da fundação da Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995, o FSC enfrentou um outro problema. Muitas organizações ambientais tentaram estabelecer o FSC como o único esquema de certificação e reivindicaram restrições de importação para madeira não-certificada. Nas políticas oficiais de comércio exterior, proibições e boicotes são considerados incompatíveis com as regras da OMC. Desta forma, a certificação somente foi aceita sob três condições: primeira, deveria haver um mercado livre para todos os esquemas de certificação, onde o mercado definisse a melhor iniciativa.

Segunda, não poderia haver nenhuma ação política para reduzir o comércio de produtos não-certificados.

Terceira, a origem da madeira não deveria ser incluída no selo do produto para evitar ações discriminatórias contra regiões específicas.⁷

Assim, a responsabilidade de combater crimes sociais e ambientais foi transferida de governos para consumidores confrontados com centenas de selos verdes, a maioria deles resultado de estratégias oportunistas de venda. Desde então, organizações ambientais se engajaram na defesa do FSC como o único selo verde 'confiável'. Isto tem ocorrido em detrimento de ações políticas direcionadas às reais causas da destruição da floresta.

Outros esquemas de certificação, elaborados por lobbies florestais influentes, como o Certificado Florestal Pan Europeu (CFPE), excederam a área certificada pelo FSC. Essa competição levou algumas certificadoras a relaxar a aplicação dos padrões do FSC. Elas fizeram extensivo uso de condicionantes para a certificação a serem cumpridas após a emissão do certificado. Como as certificadoras não queriam correr o risco de perder seus clientes, elas mantiveram essa estratégia de 'esperança de melhoramentos' através da prorrogação repetida dos prazos para solução dos problemas detectados. Aproveitando-se dessas possibilidades, um produtor de teka, na Indonésia, conseguiu vender sua madeira como sustentável durante mais de dois anos, apesar de suas

plantações terem sido cortadas ilegalmente e em sérias condições de violação aos direitos humanos.⁸

Outro problema estrutural ao sistema FSC refere-se às relações comerciais existentes entre as certificadoras e os clientes a serem certificados através de contratos diretos. Como consequência, as certificadoras têm interesses comerciais e estratégicos na obtenção de avaliações 'positivas', mesmo que o cliente, no caso a empresa florestal, não cumpra os princípios e critérios do FSC.⁹

Falhas na Política

Os apoiadores do FSC formaram desde o início um lobby para influenciar, favoravelmente, as políticas de sua iniciativa. O exemplo mais evidente é a parceria do WWF com o Banco Mundial - a Aliança Florestal. A partir de 1998, esta aliança anunciou a meta de certificar 200 milhões de hectares até o ano 2005. Para evitar conflitos com as regras da OMC, em relação ao livre mercado entre esquemas de certificação, uma solução elegante foi encontrada pela Aliança Florestal: através do apoio à certificação independente, o Banco não aprovaria nenhum enfoque particular de certificação "...o Banco adotou uma série de

princípios e critérios para avaliar a adequação de diferentes sistemas de certificação..."¹⁰ Estas características são muito semelhantes às do FSC. Entretanto, a Rainforest Foundation relatou que o próprio FSC não podia ser eleito como esquema de certificação preferencial por causa das suas deficiências, particularmente nas práticas de certificação, da transparência, e da influência de partes interessadas - as próprias empresas - na decisão de certificação.¹¹

De acordo com as recomendações da Aliança Florestal, o Banco Mundial mudou sua política operacional florestal. Em 1990, o Banco parou de financiar empresas madeireiras por estas representarem grande ameaça às últimas florestas que restavam. Uma década depois, o Banco propôs novamente financiar o desmatamento dentro de florestas primárias em zonas de uso sustentável 'especialmente demarcadas', o que é principalmente compreendido como a produção de madeira através de 'manejo florestal'. Dentro dessas áreas, as concessões para a exploração seriam dadas para atividades florestais certificadas, financiadas pelo Banco.¹² Tendo como base essas idéias, uma proposta para demarcar entre 14% a 23% de áreas da Bacia Amazônica está sendo discutida pelo Governo Brasileiro.¹³

O exemplo mais evidente é a parceria do WWF com o Banco Mundial - a Aliança Florestal.

1990

Brasil continua a se debater com fome, corrupção, enorme dívida e aumento de violência em áreas urbanas.

Nov. 30

3500 crianças manifestam no Rio de Janeiro protestando contra os 5,000 assassinatos de meninos de rua pela polícia desde 1983.

1992

3-14 junho Brasil acolhe a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro

29 setembro - Inicia processo de "impeachment" do Pres. Collor alegando corrupção.

A 'exploração sustentável' assim concebida é altamente questionável. Ela estimula uma nova fronteira de desmatamento industrial em larga escala em áreas remotas de florestas primárias, constituindo-se como ameaça à subsistência dos povos da floresta (povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos) nessas áreas. Assim, o atual desmatamento em larga escala para a expansão da agricultura nas margens da Bacia Amazônica não será enfrentado.¹⁴ O resultado da política do 'bom manejo florestal' será a subordinação econômica das florestas nativas a uma única mercadoria para os mercados externos: a madeira.

A inclusão de plantações de eucalipto no Prototype Carbon Fund (PCF) também é resultado da nova política florestal do Banco Mundial.¹⁵ Ao fazer da certificação um requisito decisivo para a aprovação de tais projetos, o Banco está externalizando responsabilidades sociais e ambientais. Contudo, como já foi dito, a certificação pelo FSC não consegue assegurar uma avaliação independente, livre de influência dos interesses empresariais. No caso da Plantar, a certificação foi contestada depois que um grupo independente de pesquisadores, coordenado pelo WRM, detectou sérias falhas, como as ameaças ao ecossistema do cerrado e as relações conflituosas da empresa com seus trabalhadores.¹⁶ Ao aprovar o projeto de plantio de 23.100 hectares pela Plantar, festejado como uma inovação pelas empresas de plantações florestais no Brasil, o Banco Mundial corre o risco de perder sua credibilidade, mesmo antes que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo tenha sido implementado na prática.

A base ideológica subjacente, comentada na justificativa do Banco, é tão preocupante quanto o relatório de certificação do projeto da Plantar.¹⁷ Resumidamente, o argumento se baseia na hipótese de que a pecuária bovina é pior do que a monocultura do eucalipto, por isso a expansão do último em áreas de pastagens deveria ser promovida. Celulose e carvão vegetal como produtos finais, derivados do eucalipto, não conseguem substituir a produção de alimentos. Provavelmente, esta lógica simplista levará à abertura de novas pastagens à custa de ecossistemas naturais enquanto se cria uma nova fronteira de desmatamento.

Outro aspecto preocupante é que a Plantar é vista, dentro da ideologia clássica de modernização, como uma geradora de trabalho remunerado. Acredita-se, assim, que ela estimula a economia local e por isso, automaticamente, traz benefícios sociais para a população. Tal visão negligencia o fato de que o setor de plantações de monoculturas florestais subscreve-se a um processo de mecanização que vai, subseqüentemente, causar subemprego estrutural.



Foto: Ricardo Carrere, Movimento Nãndai pela Floresta Tropical

Um morador local levou Carrere e Laschefski para este lugar específico (nascente do córrego de Pindaíba), para mostrar a eles que a Plantar tinha desmatado 40 hectares de floresta nativa em dezembro de 2002. As fotos mostram troncos que o Sr. Carrere identificou como de árvores nativas. Ficou evidente também que o desmatamento tinha ocorrido recentemente. Os troncos estavam situados no meio de fileiras de eucalipto recém plantado. Em toda a área tinha sido aplicada a herbicida Round-up, e a vegetação morta, resultado disso, é claramente mostrada.

Falhas na Participação

Os padrões para sistemas de certificação elegíveis dentro dos critérios operacionais do Banco Mundial "...devem ser desenvolvidos com a participação significativa das populações e comunidades locais, povos indígenas, organizações não-governamentais representando interesses do consumidor, do produtor e de conservação ambiental e outros membros da sociedade civil, inclusive o setor privado. Os procedimentos precisam ser justos, transparentes, independentes, e desenhados para evitar conflitos de interesses".¹⁸ Estes procedimentos, também chamados de processos Stakeholder, nem sempre funcionam bem.

Normalmente, as certificadoras concentram suas atividades de consulta em representantes de instituições governamentais, órgãos de pesquisas, sindicatos, organizações sociais e ambientais e lideranças da sociedade civil organizada. Mas, muitas vezes, esta seleção é feita arbitrariamente. Sobretudo em países como o Brasil, essa forma tende a escolher os atores mais influentes, enquanto grupos locais e indivíduos diretamente impactados, como pequenos produtores, são negligenciados. Os anúncios de audiências públicas são feitos através de listas de correio eletrônico ou em mídia impressa, e menos freqüentemente pelo rádio. Mas as pessoas sem

29 dezembro - Pres. Collor se demite na véspera da sua condenação no senado por corrupção. Itamar Franco ocupa a presidência de imediato.

1993

20 outubro - Dois ministros do governo e 19 membros do Congresso são implicados em acusações de corrupção.

1994

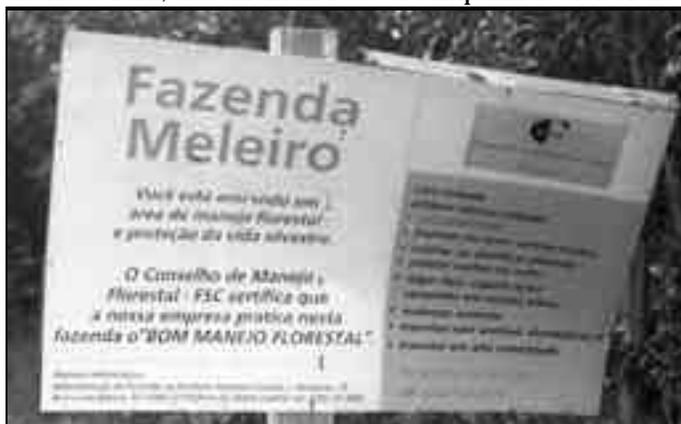
21 janeiro - 19 membros do Congresso são expulsos por envolvimento em troca multi-milionária de favores.

acesso aos meios de comunicação modernos, principalmente a população rural que sofre os impactos do projeto, não são informadas.

Por exemplo, a Gethal, uma empresa madeireira da Amazônia, foi certificada num clima de tensão social. O órgão ambiental do Estado do Amazonas recebeu reclamações de sete comunidades, ao todo 1500 pessoas, em relação às restrições da empresa sobre suas atividades extrativistas como a coleta de castanhas do Pará. A própria empresa considerou a questão social como uma pedra no sapato, sugerindo que esta deveria ser resolvida pelo Estado. Somente após concluída a certificação, a ONG Pró-Natura começou a elaborar um programa para as comunidades ribeirinhas impactadas, financiado com recursos públicos do Banco Mundial e não da empresa.¹⁹

Em 1999, durante a primeira avaliação da Plantar, a certificadora contatou apenas uma entidade ambientalista, a Associação Mineira em Defesa do Meio Ambiente (AMDA) em Minas Gerais. Esta ONG ficou famosa desde os anos 80 pela publicação anual de uma lista suja denunciando empresas responsáveis por desastres ambientais. Curiosamente, entre os atuais associados da entidade estão empresas mineradoras, produtoras de alumínio, entre outras, fato que tem arranhado a credibilidade da AMDA. Não é surpreendente que a Plantar seja também uma associada da AMDA, o que levanta sérias dúvidas sobre a integridade da certificadora. No novo relatório de re-certificação, 20 outras ONGs são listadas, mas a maioria delas é constituída por ativas apoiadoras do FSC em nível nacional, sem muito conhecimento da situação local.²⁰

Enquanto isso, em nível local, pessoas diretamente atingidas são marginalizadas. Após a publicação das críticas do relatório WRM/FASE em 2002, alguns incidentes com objetivo de manipular a opinião pública aconteceram, assemelhando-se a campanhas eleitorais



V&M plantation perto Curvelo, MG

em sociedades autoritárias ou democracias imaturas. Primeiramente, um jornal local anunciou a infiltração de ONGs externas - aquelas que colaboraram com a pesquisa do WRM - que queriam minar a economia local, sugerindo que elas representavam interesses estrangeiros. Em segundo lugar, um abaixo-assinado foi lançado em favor das atividades planejadas pela empresa. Obviamente, o número esmagador de assinaturas veio, naturalmente, da própria força de trabalho da empresa e suas famílias. E por último, a empresa de repente empenhou-se em "melhorar" as relações comunitárias através da organização de festas. Alguns membros das comunidades rurais foram, subseqüentemente, intimidados e ameaçados, aumentando a tensão social na cidade de Curvelo (MG), onde está a sede da empresa.

Tais incidentes levantam dúvidas sobre os processos de participação em geral. Muitas vezes, sobretudo em Minas Gerais, a mediação entre diferentes "grupos de interesse" é feita de forma abusiva para "democratizar" direitos individuais. Frequentemente, a diferença entre interesses e direitos é vista como um problema de semântica. Audiências públicas tendem para discussões emocionadas entre grupos "pró" e "contra", enquanto direitos individuais e difusos são rejeitados como sacrifícios necessários para o bem "público". A subsistência de populações inteiras pode ser afetada e suas terras até expropriadas a mando de uma "maioria" indefinida. Esta "cultura moderna de mediação" já é comum em processos de licenciamento para grandes projetos como barragens, causando conflitos sociais para as populações atingidas.

Há uma distância entre "perícia técnica", freqüentemente utilizada de forma abusiva pelas certificadoras ou outros especialistas, e a população local que, muitas vezes, nem tem níveis básicos de educação. No caso da Plantar, por exemplo, a população local é forçada a apresentar evidências das suas reclamações, enquanto a certificadora os confronta com um "conhecimento científico" superficial. Uma preocupação comum e concreta da população local tem sido a falta de água nas cabeceiras e córregos experimentada após o plantio de eucalipto. Quando a população local responsabiliza a empresa por este problema, a resposta da certificadora é que "até agora não há provas científicas de que ela [a plantação de eucalipto] causa problemas no abastecimento de água na região estabelecida, desde que os cuidados ambientais sejam tomados..."²¹ Assim, a certificadora prefere atribuir os problemas ao fenômeno El Niño e secas naturais.

Estudos mais detalhados sobre este tipo de problema não são incluídos no orçamento para as avaliações da certificação que, invariavelmente, precisam ser realizadas apressadamente, em alguns

Maio Brasil assina o Tratado de Tlatelolco, junto de outras nações Latino Americanas e do Caribe, se declarando livres de armas nucleares

3 outubro Fernando Henrique Cardoso eleito presidente com uma vitória esmagadora sobre Lula.

dezembro Collor ilibado das alegações de corrupção mas permanece banido da política Brasileira até 2000.

1995

9 agosto Massacre da Rondônia - mínimo 10 mortos, 75 desaparecidos e 350 detenções numa violenta operação policial de despejo de 1,300 agricultores sem terra ocupando 16,200 hectares.

poucos dias. Isso beneficia as empresas, já que as comunidades locais não têm tempo nem recursos para provar as evidências das denúncias que apresentam. Tampouco as certificadoras se desviam do seu caminho para assisti-las. O apoio do Banco Mundial para a certificação voluntária pelo FSC é altamente questionável, pois não considera a situação daqueles que são afetados pelas plantações e não possuem os recursos técnicos, políticos e financeiros para defenderem suas posições em relação aos interessados na certificação.

Considerações finais

Muitas pessoas apoiaram o FSC na esperança de que as florestas tropicais pudessem ser preservadas ou as plantações ficassem mais "ecológicas". Muitos pensaram que o FSC poderia empoderar as populações locais em pequenas iniciativas comunitárias, oferecendo alternativas de usos menos destrutivos da terra. Na realidade, o FSC está apoiando plantações industriais e empresas madeireiras nas florestas primárias que restam no mundo.

Sem dúvida, há melhorias no planejamento e controle de operações florestais certificadas. Porém, essas continuam embutidas numa lógica de produção linear, que considera o ecossistema florestal apenas como potencial para a extração de madeira, cujo destino final são as ricas elites de consumidores, sobretudo no Norte.

Políticas de MDL são centradas no lado técnico de questionáveis estratégias de redução de carbono; os aspectos de desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida das comunidades na região do programa parecem esquecidos. Por trás da nova roupagem verde criada pela certificação e pelo MDL, persiste uma compreensão arcaica de modernização, que transforma camponeses e pequenos produtores rurais em trabalhadores remunerados num mercado de futuro incerto. Desta forma, a certificação e o MDL são indiretamente responsáveis pelo redirecionamento dos escassos fundos dos programas de desenvolvimento para as mãos das grandes empresas que promovem as monoculturas, em vez dos usos diversificados de terra baseados em conhecimentos locais e princípios ecológicos. O resultado será o aumento da concentração de renda e a ampliação da distância entre os ricos e os pobres. O Banco Mundial afirma que promove o desenvolvimento sustentável, mas desta forma não alcançará (jamais) este objetivo.

Klemens Laschefski

Referências

- 1**World Bank (2003): Resposta a uma carta de protesto sobre a inclusão do Projeto da Plantar no Prototype Carbon Fund, de 23 de julho de 2003.
- 2** Counsell, S./ Loraas, K. T. (eds.)(2002): *Trading in Credibility: The Myth and the Reality of the Forest Stewardship Council*. Rainforest Foundation UK. London.
- 3** WRM -World Rainforest Movement (Eds.)(2002): *Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da*

pelo FSC - Forest Stewardship Council. Montevideo.
[www.wrm.org.uy/countries/Brazil/fsc.doc].

4 <http://www.fsc.org.br>

5 Zhouri, A. (1998): *Trees and People. An Anthropology of British Campaigners for the Amazon Rainforest*. Department of Sociology. University of Essex.

6Counsell, S./ Loraas, K. T. (eds.)(2002): *Trading in Credibility: The Myth and the Reality of the Forest Stewardship Council*. Rainforest Foundation UK. London.

7CSD/IPF (1996): *International Experts' Working Group Meeting, Bonn, 12-16 August 1996: "Trade, Labelling of Forest Products and Certification of Sustainable Forest Management"*.

8Counsell, S./ Loraas, K. T. (eds.)(2002): *Trading in Credibility: The Myth and the Reality of the Forest Stewardship Council*. Rainforest Foundation UK. London.

9Counsell, S. (2003): *Briefing - The World Bank Forest Strategy/Policy and Forest Certification*. Rainforest Foundation UK. London.

10World Bank (2002): *A Revised Forest Strategy for the World Bank Group*.

[<http://www.worldbank.org/forestry>]

11Counsell, S. (2003): *Briefing - The World Bank Forest Strategy/Policy and Forest Certification*. Rainforest Foundation UK. London.

12World Bank (2002): *A Revised Forest Strategy for the World Bank Group*.

[<http://www.worldbank.org/forestry>]

13Schneider, R. R. /E. Arima/A. Verissimo/P. Barreto/C. Souza Jr. (2000): *Sustainable Amazon: limitations and opportunities for rural development*. World bank and Imazon. (Partnership Series 1). Brasilia.

14Laschefski, K./ Nicole, F. (2002):: *Saving the wood from the trees*. In: *The Ecologist*. Vol. 31, No 6. Also see reference number 19.

15World Bank (2002): *A Revised Forest Strategy for the World Bank Group*. [<http://www.worldbank.org/forestry>]

16WRM -World Rainforest Movement (Eds.)(2002): *Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A. Reflorestamentos ambas certificadas pelo FSC - Forest Stewardship Council. Montevideo.* [www.wrm.org.uy/countries/Brazil/fsc.doc].

17World Bank (2002): *Report No. PID11248 - Brazil-PCF Minas Gerais Plantar Project*. washington.[<http://www.worldbank.org/infoshop>]. Also see reference number 20.

18World Bank (2002): *A Revised Forest Strategy for the World Bank Group*. [<http://www.worldbank.org/forestry>]

19Laschefski, K. (2002): *Nachhaltige Entwicklung durch Forstwirtschaft in Amazonien? Geographische Evaluierungen des Forest Stewardship Council*. Universit%at Heidelberg (Tese de Doutorado). [<http://www.ub.uni-heidelberg.de/archiv/2975>].

20SCS - Scientific Certification Systems (2003): *Re-certification evaluation for the Plantar S. A plantation forests in the Curvelo region, Minas Gerais State, Brazil*. Emeryville, USA.

21SCS - Scientific Certification Systems (2003): *Re-certification evaluation for the PLANTAR S. A plantation forests in the Curvelo region, Minas Gerais*



A Monocultura do Consumo

e o Rumor da 'Civilização'

A sociedade quer isso? Um debate se iniciou entre um gerente do Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Estado de Minas Gerais e comunidades locais que convivem em áreas de plantios de eucalipto. Um produtor rural perguntou porque existem grandes extensões de eucalipto na região e porque essas áreas ainda precisam ser expandidas? O gerente, engenheiro florestal, com ar de autoridade, disse que não há como questionar estas culturas, nem a ampliação das áreas plantadas, e que a resposta é simples e curta: a sociedade quer isso.

A pergunta feita pelo produtor rural é surpreendente, e comum na maioria das comunidades locais, vizinhas de plantações de árvores em larga escala nos países 'em desenvolvimento' como o Brasil. Em geral, muitas comunidades não sabem porque existem imensas plantações de árvores, e nem porque não foram consultadas se queriam ou não um 'vizinho' assim.

A resposta dada pelo gerente não é menos surpreendente porque atualmente a grande maioria da população não está envolvida nos poderosos processos decisórios que afetam suas necessidades básicas. A elite se apropriou do direito de dizer o que a "sociedade quer". Ela julga que, num mundo que gira em torno do contínuo crescimento econômico, a sociedade quer um contínuo aumento da produtividade e do consumo.

Isso explica porque, hoje, uma minoria no mundo tem muito mais do que precisa para viver, enquanto a maioria mal consegue garantir suas necessidades materiais básicas. O mundo globalizado, em vez de reduzir esta discrepância, serve para aumentá-la cada vez mais. E existem poucos exemplos que representam tão bem este drama da globalização do que as grandes monoculturas de árvores.

Mas não são os países 'em desenvolvimento' que decidem?

Teoricamente sim, mas na prática sobra pouco da

Página oposta - Noite nas fábricas da Aracruz Celulose, localizada perto da cidade de Aracruz, Espírito Santo. O complexo, consistindo de três fábricas de celulose, é o maior produtor mundial de celulose branqueado de fibra curta. As três fábricas juntas produzem 2 milhões de toneladas por ano.

soberania destes países para que eles decidam. Empresas de consultoria do Norte têm uma influência maior sobre a política do Sul do que podemos supor. Um exemplo é o "Plano Estratégico Florestal 2025" do México, elaborado por uma empresa de consultoria finlandesa, a Indufor. E claro, a empresa finlandesa não parou para pensar e se preocupar com o futuro das florestas mexicanas.¹

A Indufor trabalha a partir de um modelo de desenvolvimento florestal baseado em plantações de árvores com poucas espécies que sobrevivem num clima frio. Isso reduz a função de uma floresta - uma variedade complexa e imensa de flora e fauna que pode oferecer múltiplos benefícios - para algo extremamente simples e artificial: o cultivo de madeira para o lucro industrial. No caso mexicano, segundo o diretor Alberto Cardenas, do Conselho Nacional de Florestas (CONAFOR), o plano da empresa finlandesa consiste no "incentivo específico às plantações comerciais", ou seja - produção de madeira para exportação.²

porque atualmente a grande maioria da população não está envolvida nos poderosos processos decisórios que afetam suas necessidades básicas.

O que teria acontecido se o Plano Estratégico Florestal tivesse sido elaborado a partir de uma perspectiva mexicana, partindo das experiências com florestas mexicanas? Talvez as plantações finlandesas pudessem ser pensadas de formas mais diversas e inovadoras, apesar das diferenças climáticas! O fato de que

isso não acontecer se explica pelos interesses para os quais as plantações 'finlandesas' servem no México. Essas plantações são destinadas, sobretudo, para fins de exportação para os países do Norte, que ao longo dos últimos 50 anos aumentaram seu padrão de consumo de tal forma que suas próprias "florestas" foram insuficientes, devido às próprias condições climáticas, para abastecerem o mercado interno de madeira. Uma árvore na Finlândia leva até 100 anos para produzir madeira para fins comerciais. Nos países "em desenvolvimento", a maioria situados em regiões tropicais e subtropicais, este tempo reduz-se a sete anos, uma diferença tremenda em termos de produtividade e, conseqüentemente, rentabilidade.

As plantações de árvores em larga escala, nos países tropicais e subtropicais, visam apenas atender a interesses do Norte. Consultores europeus, instituições e bancos financeiros internacionais, empresas nórdicas que fornecem tecnologia e equipamentos, todos têm um papel neste mercado. Eles atuam em parceria com os governos locais, que

16 dezembro - Manoel Ribeiro, político local e apoiante dos sem terra é baleado e morto.

1996

Janeiro Cardoso assina decreto controverso, permitindo governos regionais, empresas privadas e indivíduos desafiar as exigências de terra feitas por

17 Abril Massacre do Pará - um mínimo de 19 mortes e 50 feridos pelo fogo policial contra manifestantes do MST no estado Amazônico do Pará.

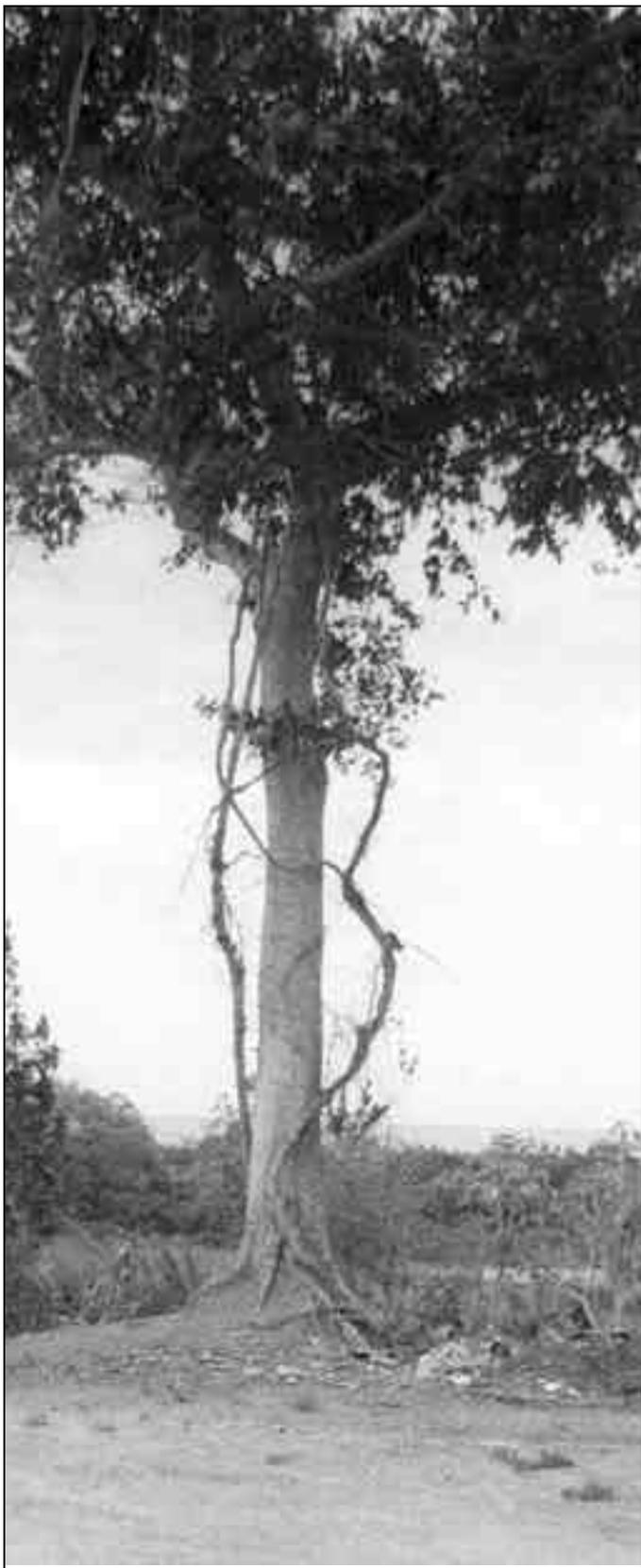
1997

17 Abril MST completa a marcha de dois meses ate Brasília onde se reúnem dezenas de milhares exigindo a

21 maio Dois congressistas aceitam suborno para votar uma emenda permitindo reeleições. A emenda se torna lei contudo.

1998

4 outubro Cardoso reeleito para mais um mandato de quatro anos. Pacote de ajuda massiva acordado com o



seguem a lógica macro-econômica da necessidade de investimentos externos e de mais exportações.

O poder do papel

Nos dias de hoje, americanos usam cerca de nove vezes mais papel que brasileiros, 11 vezes mais que tailandeses e 58 vezes mais que vietnamitas. 3 Isso significa que os americanos precisam ler mais que os vietnamitas? Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), a taxa de alfabetização do povo vietnamita está no mesmo patamar dos americanos: 95%.⁴ Isso mostra que o grau de "civilidade" tem pouco a ver com o grau de consumo de produtos de papel.

Inaugurada em 2002, a nova fábrica da Aracruz Celulose produz 700 mil toneladas de celulose ao ano, destinadas aos mercados do Norte. A maior parte se transforma em papéis sanitários (51%) - por exemplo, papéis para a cozinha - e papéis especiais (30%) - por exemplo, papel fotográfico - .⁵ Para que a Aracruz Celulose seja considerada uma empresa "saudável", é de suma importância que ela cresça, por mais que isso é difícil com o atual arrefecimento da economia global. Isto significa inventar novos usos e produtos de papel que garantam um aumento do consumo global.

O consumo dos novos produtos da Aracruz Celulose significa mais lucro europeu para esta empresa, seus fornecedores e investidores, e para seus compradores europeus e norte-americanos. Para os países do Sul, o aumento no consumo traduz-se em aumento das plantações. E mais consumo é também mais demanda por energia e mais emissões de CO₂ durante a fabricação e o transporte.

Quem lucra diz que a produção e consumo de produtos de papel em grande quantidade é bom para a economia dos países 'em desenvolvimento'. Essa é a lógica do mundo globalizado. Infelizmente, ainda não existem outras formas de pensar a economia nesses países. Campanhas e propaganda suficientemente eficazes levam os consumidores a usar mais e mais.

E o consumo no Sul

Este padrão de consumo sempre crescente se repete nos países do Sul. As monoculturas de eucalipto no Estado de Minas Gerais são destinadas à produção de carvão vegetal para alimentar siderurgias de ferro gusa. O Brasil exporta 60% da sua produção de ferro gusa, o que o torna o maior exportador mundial. O restante, 40% da produção destina-se ao consumo interno.

Do principal tipo de ferro gusa, o chamado gusa de fundição, 45% é vendido para a indústria

Esta árvore nativa significa para o povo Guarani a árvore da vida e é sagrada para os Guarani que vivem no Espírito Santo.

1999

Janeiro Brasil sente os efeitos da crise econômica asiática. O Real desvaloriza 40%.

29 junho Cimeira internacional entre a UE e Mercosur no Rio de Janeiro. Brasil discute esforços para um mercado-livre entre a Europa e América do

26 Agosto Milhares de manifestantes marcham em Brasília pedindo a resignação do Pres. Cardoso.

2000

Janeiro Primeiro Forum Social Mundial toma lugar em Porto Alegre.

31 ago - Presidentes dos 12 países da América do Sul se reúnem para uma cimeira econômica.

1 set Conversações se concentram em narcóticos e na expansão do mercado-livre.

Outubro Vallourec e Mannesmannrohrren-Werke AG finalizam fusão se tornando V&M do Brasil, pro-

automobilística brasileira.⁶ Esta indústria é a maior consumidora de ferro gusa no mercado interno. Trata-se também de uma indústria que é o orgulho do parque industrial brasileiro. Um orgulho, fortemente influenciado pelas prioridades do capital internacional. E quando a indústria automobilística está em recessão, toda a indústria nacional sente os efeitos.

A lógica do Norte se repete novamente: produzir e consumir mais, obviamente em função daqueles que têm acesso, contribuindo assim também para o aumento das desigualdades no próprio país. Falta um debate sobre o que a sociedade quer produzir e consumir. Em vez disso, repete-se, em menor escala, o mesmo modelo do Norte. Joga-se fora toda a cultura e criatividade para se pensar e praticar outras formas de produção de papel, alternativas de reflorestamento, outras maneiras de gerar energia, outros jeitos de se locomover, outros modos de vida, outras prioridades para a sociedade.

Neste contexto, uma preocupação ainda maior é o "mercado de carbono", que está surgindo. A empresa Plantar, entre outras, apresentou recentemente um projeto ao Prototype Carbon Fund (PCF) do Banco Mundial para vender "créditos de carbono" pelo carbono supostamente fixado em 23.100 hectares de novas plantações de eucalipto. O que sempre foi um símbolo negativo para comunidades locais, de repente vira um símbolo de "desenvolvimento limpo". Há uma lógica inerente a isso que não quer questionar o problema básico com o modelo de produção e consumo; um modelo que não considera as necessidades das pessoas, das comunidades, do meio ambiente. Mas, enquanto as pessoas afectadas pelas plantações não entendem como se move este mercado, elas sabem muito bem que as plantações colocam em risco sua sobrevivência.

Resistir ou desistir. Quais as alternativas para as comunidades locais no Brasil?

Com o aumento do consumo no Norte e a expansão do eucalipto no Brasil, diminuem as perspectivas das comunidades locais. A cada dia, essas comunidades têm menor acesso aos recursos naturais disponíveis: terra fértil, a biodiversidade e os recursos hídricos locais. Elas perdem suas terras, são vítimas de expulsão direta ou indireta, muitas vezes de forma violenta. Com cada ciclo de aumento do número de fábricas de celulose, crescem as áreas de plantios e cresce o número de famílias sem trabalho e sem futuro.

Os movimentos sociais do campo, aliados aos movimentos sociais da cidade, organizam a resistência a este modelo. A Rede Alerta contra o Deserto Verde é um movimento que demonstra, claramente, que a sociedade com a qual sonha rejeita estas plantações de

monoculturas - em larga escala e principalmente de eucalipto - apenas para atender a demanda por aumento do consumo, que não redistribuem riqueza e contribuem para aumentar os lucros já excessivos das empresas privadas multinacionais.

No Estado de Minas Gerais, com dois milhões de hectares ocupados por eucalipto, quatro sindicatos de trabalhadores rurais da região do Rio Pardo se uniram a movimentos e organizações da Rede Alerta contra o Deserto Verde. Eles lutam para conseguir de volta as terras que antes eram de uso comunitário e que foram arrendadas pelas autoridades estaduais às empresas de eucalipto, há mais de 20 anos. As comunidades locais reivindicam a reconversão dessas terras e a recuperação da vegetação original do Cerrado, e a volta da prática de agro-extrativismo, beneficiando-se da diversidade imensa das espécies frutíferas que foram arrancadas com a chegada do eucalipto. Ao mesmo tempo, querem devolver estas terra para seus antigos e verdadeiros donos, devolvendo parte da história e dignidade que lhes foram roubadas.

As comunidades afro-brasileiras, ou Quilombolas, no Estado do Espírito Santo, com o apoio de outras organizações da Rede Alerta contra o Deserto Verde, têm lutado pela recuperação das suas terras invadidas há 30 anos por plantações de eucalipto. Elas rejeitam tentativas de empresas como a Aracruz Celulose que se oferecem para reflorestar suas pequenas glebas de terras com espécies nativas, por considerarem esta oferta como "esmolas". O que estas comunidades querem são suas terras de volta, a única maneira para garantir o futuro de seus filhos. E é com esta idéia que estão se organizando.

As comunidades locais, afectadas pelo eucalipto, resistem de muitas outras formas. E querem ser ouvidas nas sociedades do Norte - pelo banqueiro, pelo consultor, pelo empresário, pelo consumidor. Elas apoiam campanhas para redução do consumo de papel e não querem que os erros do passado e do presente se repitam no futuro. Elas querem reavaliar o que é "necessário" para todas e todos tenham vida digna. Elas querem contribuir na mudança da direção da civilização.

Winfried Overbeek

Referências

- ¹World Rainforest Movement - Bulletin, Número 48, julho de 2001
- ²World Rainforest Movement - Bulletin, Número 48, julho de 2001
- ³Pulp and Paper International Magazine, agosto de 2001, Volume 43, Número 8
- ⁴<http://hdr.undp.org/reports/view.reports.cfm?year=2003>
- ⁵Aracruz Celulose, Relatório Anual 2001, publicado em 2002
- ⁶Mineração e Metalurgia, outubro de 2000, BNDES

2001

3 agosto FMI acelera um empréstimo de \$1,2 à Argentina e uma linha de crédito de emergência de \$15 bilhões ao Brasil.

2002 Juros da dívida pública excedem o total dispendido em educação e saúde

28 outubro - Lula eleito Presidente do Brasil geran-

9 novembro - MST retoma ocupações após uma interrupção voluntária durante as eleições e toma conta de 2 fazendas no estado de São Paulo.

2003

Fevereiro Companhias reflorestadoras apresentam um plano ao governo para expandir os atuais 5 mil-

to) para 11 milhões de hectares em 10 anos. 600 mil hectares de expansão anuais.

25 setembro - Governo Lula assina Medida Provisória 131 permitindo a plantação de alimentos transgênicos.

References: Encyclopedia of World History,

DIGA NÃO AO D

FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma ONG brasileira que existe há 40 anos. A entidade tem como objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável no Brasil, assim como a justiça social e a igualdade. Trabalha em seis estados brasileiros diferentes a partir de três programas nacionais: Amazônia Sustentável e Democrática, Direito à Cidade em Regiões Metropolitanas, e Trabalho e Sécio-Economia Solidária.

Um programa especial, o DESC, busca defender e trabalhar a perspectiva de implementação dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESC) na sociedade brasileira, propostos dentro do Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais do qual o Brasil é signatário.

No Espírito Santo, a FASE trabalha com dois temas interrelacionados: o questionamento fundamental do modelo regional de desenvolvimento, baseado nos chamados "grandes projetos". Este modelo se concentra, entre outras, nas plantações de eucalipto e no setor de exportação de celulose, atividades que têm causado inúmeros impactos. O outro tema prioritário da FASE no Espírito Santo é o apoio à luta das comunidades negras rurais no projeto Quilombo no Norte do estado, apoiando elas no processo de organização, na luta pelo reconhecimento e no esforço de recuperar suas terras, ocupadas pelas empresas de eucalipto. A FASE-ES é um dos membros da Rede Alerta contra o Deserto Verde.

A Rede Alerta contra o Deserto Verde é uma ampla rede, da sociedade civil, composto de entidades, movimentos, comunidades locais, sindicatos, igrejas e cidadãos, de quatro estados do sudeste brasileiro, preocupados com a contínua expansão das plantações de eucalipto na sua região, assim como a venda de "créditos de carbono". Ao mesmo tempo, a Rede tenta mostrar a viabilidade de modelos alternativas de desenvolvimento que têm sido implementados localmente por vários movimentos e comunidades que participam da Rede.

Para mais informações, entre em contato com FASE-ES

ESERTO VERDE

Justa Kij, Sinks Watch

Carbon Trade Watch (Observatório do Comércio de Carbono) foi concebido no final de 2001 e nasceu em 2002, sendo o mais novo projeto do Transnational Institute (Instituto Transnacional). Com uma ênfase nos mercados de carbono que estão surgindo, Carbon Trade Watch monitora o impacto do comércio de poluição sobre a justiça ambiental, social e econômica.

A inclusão do comércio de poluição no Protocolo de Qyoto mostra uma proliferação histórica do princípio do livre mercado na área ambiental. Através de pesquisa e análise, Carbon Trade Watch busca desafiar a idéia de que o lugar do mercado liberalizado é o único espaço para resolver os problemas ambientais.

Carbon Trade Watch também junta com o esforço de outros atores e age como um ponto de encontro para pesquisadores, ativistas e comunidades que se opõem aos impactos negativos do comércio de poluição. O objetivo é facilitar a oposição efetiva contra a política sócio-ambiental destrutiva e criar espaço para que soluções de baixo para cima possam surgir.

Carbon Trade Watch é organizado de forma não-hierarquizado e é comprometido em desafiar o preconceito de todas as formas. Estes princípios são perseguidos ativamente nas perspectivas exploradas no trabalho. Também são elementos constantes na organização interna da estrutura do projeto. O grupo acredita que o desafio à dominação é um elemento vital do processo de conseguir um espectro diverso de sociedades justas e sustentáveis.

Carbon Trade Watch é composto por cinco pesquisadores-ativistas: Heidi Bachram, Jessica Bekker, Christina Hotz, Tamra Gilbertson e Adam Ma'anit.



Agradecemos:

Todos(as) do TNI, todos(as) da FASE-ES, Kevin Smith, Ricardo Santos, Fiona Dove, Andrea Luisa, Zhouri Laschefski, Marina Filetti, Ricardo, Sarah Fearnley, Claudia Torrelli, Larry Lohmann, Patricia, Steven Kelk, Jo Hamilton, Ben Pearsons, Jutta Kill, Daniel Chavez, CEO, Kees van der Berg, Paula Albuquerque, Ricardo Carrere, amigas, amigos e famílias.

Apoio para tradução:

Os autores, Ricard Santos, Patricia, Claudia Torrelli

Fotos:

Tamra Gilbertson, Carbon Trade Watch, Abril de 2003, salvo indicado diferente, copyleft

Se você gostaria de ajudar na organização ou participar de uma exposição informativo itinerante em 2004, por favor entre em contato com Carbon Trade Watch.

Weblinks:

**www.fase.com.br
www.carbontradewatch.org
www.tni.org
www.corporateurope.org
www.wrm.org.uy
www.cdmwatch.org
www.sinkswatch.org
www.cornerhouse.co.uk
www.pointcarbon.com
www.mst.org.br**

Este modelo de 'estado de arte' de plantações industriais de árvores foi apresentado durante um seminário da AMDA, 2003, pela V&M Florestal

Página oposto - "Crianças numa casa de farinha"

Foto na capa - Acampamento do MST, perto de



A monocultura do eucalipto tem tido impactos devastadores sobre pessoas e a planeta. A história brasileira é profundamente enraizada numa ditadura militar, em opressão, e numa longa história de destruição.

O povo brasileiro continua sua luta contra a monocultura do eucalipto, sempre em expansão.

Hoje em dia, os brasileiros enfrentam uma dívida gigante, uma economia decrescente e um mundo globalizado que está passando por uma lavagem verde.

Esta leitura abre espaço para o debate que raramente é levado em conta pela elite decisória, e retoma questões de sobrevivência lá de onde surgiram: a terra.

